UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

SOFIA FINGUERMANN E FERNANDES

MULHERES, DISCURSO JORNALÍSTICO E POLÍTICA: UM ESTUDO SOCIODISCURSIVO

SOFIA FINGUERMANN E FERNANDES

MULHERES, DISCURSO JORNALÍSTICO E POLÍTICA: UM ESTUDO SOCIODISCURSIVO

Dissertação apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Letras para a obtenção do título de Mestre.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Regina Helena Pires de Brito

F363m Fernandes, Sofia Finguermann e.

Mulheres, discurso jornalístico e política: um estudo sociodiscursivo / Sofia Finguermann e Fernandes.

107 f.: il.; 30 cm

Dissertação (Metrado em Letras) — Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

Orientadora: Regina Helena Pires de Brito. Referências bibliográficas: f. 106-107.

1. Dialogismo 2. Semiótica plástica. 3. Verbo-visualidade. 4. Inequidade de gênero. I. Brito, Regina Helena Pires de, *orientadora*. II. Título.

CDD 401.41

FOLHA DE IDENTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA DE FINANCIAMENTO

Autor: Sofia Finguermann e Fernandes
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras
Título do Trabalho: Mulheres, discurso jornalístico e política: um afastamento sociodiscursivo
O presente trabalho foi realizado com o apoio de ¹: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo Instituto Presbiteriano Mackenzie/Isenção integral de Mensalidades e Taxas MACKPESQUISA - Fundo Mackenzie de Pesquisa Empresa/Indústria: Outro:
¹ Observação: caso tenha usufruído mais de um apoio ou benefício, selecione-os.

SOFIA FINGUERMANN E FERNANDES MULHERES NA POLÍTICA: UM ESTUDO SOCIODISCURSIVO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Aprovação: 28 / 11 / 2019

Prof^a. Dr^a. Regina Pires de Brito Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a. Dr^a. Diana Luz Pessoa de Barros Universidade Presbiteriana Mackenzie

> Prof^a. Marlise Vaz Bridi Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Muito obrigada a todas e a todos que fizeram parte deste estudo, em especial, à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Regina Pires de Brito, que conduziu com excelência esta pesquisa desde o início. Agradeço infinitamente todo o seu ensinamento e a sua parceria de sempre.

Meu enorme agradecimento às professoras Prof^a. Dr^a. Diana Luz Pessoa de Barros e Prof^a. Dr^a. Marlise Vaz Bridi, mulheres geniais que tiveram papel fundamental em minha formação e no desenvolvimento deste estudo. Muito obrigada por aceitarem participar da banca e por todos os comentários preciosos no exame de qualificação.

Meu muito obrigada, por fim, à minha família e às minhas amigas e amigos, que acreditam em mim mais do que eu mesma e me apoiam em todos os momentos da minha vida.

RESUMO

Em uma perspectiva interdisciplinar dos estudos discursivos, esta dissertação propõe discutir a representação de figuras femininas pela mídia tradicional brasileira, em especial no que tange à atuação de mulheres na esfera pública. Para tanto, foram selecionadas reportagens de capa protagonizadas por mulheres em publicações da revista IstoÉ, veiculadas durante o ano de 2018. Para o desenvolvimento das análises, são aproximados os conceitos bakhtinianos àqueles propostos pela semiótica discursiva de linha francesa, em suas convergências, objetivando investigar, em primeiro momento, as relações dialógicas que compõem cada texto, bem como o contexto sócio-histórico no qual cada discurso está inserido e as implicações que isso carrega; em seguida, a partir da semiótica plástica, objetiva-se estudar as relações simbólicas e semissimbólicas que constroem os efeitos de sentido de cada capa. Desta maneira, este estudo reflete a construção discursiva de mulheres brasileiras pela mídia atual, avaliando como essa concepção, muitas vezes carregada de estigmas e estereótipos, corrobora com o afastamento do gênero feminino às variadas esferas de poder.

Palavras-chave: dialogismo; semiótica plástica; verbo-visualidade; inequidade de gênero.

ABSTRACT

From an interdisciplinary perspective of discursive studies, this dissertation aims to discuss the representation of female figures by the traditional Brazilian media, specially their actuation in public sphere. For this purpose, were selected cover reports featured by women, published by IstoÉ magazine during 2018. Bakhtinian concepts were used for the analyzes development, combined with semiotics, in their convergences. This study aims, at first, to investigate dialogical relations that compose each text, as well the socio-historical context in which each discourse is inserted and which implications that carries; thereafter, from the plastic semiotics theory, it aims to study symbolic and semi-symbolic relations that build meaning effects of each analyzed text. Thus, this study reflects the discursive constructions of Brazilian women by the media today, and how these stigmas and stereotypes corroborates with the distance between the female gender and power positions.

Keywords: dialogism; plastic semiotics; verb-visuality; gender inequality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dilma como Medusa	18
Figura 2 – Trump e Clinton como Perseu e Medusa	18
Figura 3 - Descrição IstoÉ em sua plataforma digital	38
Figura 4 - Apresentação qualitativa do público IstoÉ	40
Figura 5 - Primeiras capas de protagonismo feminino da IstoÉ	41
Figura 6 - Capas de 1999 e 2000 expõem corpos femininos	42
Figura 7 - Publicações de 2002 e 2004: TPM e vaidade	42
Figura 8 - Publicações de 2002 e 2004: mulheres conhecidas	43
Figura 9 - Marta Suplicy: irresponsável	44
Figura 10 - Dilma e Marina	45
Figura 11 - Dilma Rousseff sorridente	46
Figura 12 - Ataques à presidenta	47
Figura 13 - Nunca fomos tão fortes	50
Figura 14 - We Can Do It!	52
Figura 15 - Carmen Lucia	59
Figura 16 - O novo tom da justiça	60
Figura 17 - Liga da justiça	61
Figura 18 - Marielle Franco	67
Figura 19 - Escadaria Marielle Franco	69
Figura 20 - Detalhe da escadaria Marielle Franco	69
Figura 21 - Tributo Marielle Franco, Consolação	70
Figura 22 - O poder das mulheres nas eleições	75
Figura 23 - Grupo Rouge	76
Figura 24 - Intenções de voto para presidente (eleitorado masculino)	77
Figura 25 - Intenções de voto para presidente (eleitorado feminino)	78
Figura 26 - Michelle Bolsonaro	82
Figura 27 - Eleitores de Bolsonaro segundo gênero	84
Figura 28 - Marcela Temer	86
Figura 29 - Marcela Temer e Michelle Bolsonaro	88

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
1 MULHERES E DISCURSO: ACESSO, CIDADANIA E REPRESENTATIVIDADE	15
1.1 BRASILEIRAS NA POLÍTICA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	20
1.2 O FAZER SOCIAL FEMININO	23
1.3 O RECORTE MIDIÁTICO DE MULHERES NA POLÍTICA	25
2 REFLEXÕES SOBRE A LINGUAGEM	28
2.1 OS GÊNEROS DO DISCURSO	31
2.2 BAKHTIN E A VERBO-VISUALIDADE	33
2.3 A SEMIÓTICA PLÁSTICA	34
3 O FAZER DISCURSIVO DA REVISTA ISTOÉ	37
3.1 PERSPECTIVA CRONOLÓGICA	41
4 MULHERES NA ISTOÉ	49
4.1 ANÁLISE I – NUNCA FOMOS TÃO FORTES	50
4.2 ANÁLISE II – CARMEN LUCIA	59
4.3 ANÁLISE III – MARIELLE FRANCO	67
4.4 ANÁLISE IV – O PODER DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES	75
4.5 ANÁLISE V – MICHELLE BOLSONARO	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com frequência, nas práticas discursivas, a figura da mulher é retratada em posição inferior à do homem. Essa representação hierarquizada, que em muito se relaciona à organização social, tem seus sintomas materializados pela linguagem, seja na fala cotidiana, seja no fazer jornalístico das grandes mídias. Essa representação subjugada é imposta às mulheres há tantos séculos que, muitas vezes, faz-se intrínseca na produção discursiva de ambos os gêneros. O discurso de dominação de um gênero sobre o outro acontece ora de forma explícita e agressiva, ora de maneira sutil e velada.

A intolerância discursiva reflete a discriminação em outros âmbitos mediados pelo discurso (Barros, 2011) e pode se dar de diversas maneiras, notáveis ou despercebidas, por meio das mais variadas estratégias. Alguns exemplos são: a invalidação do discurso da mulher em esferas públicas de poder; o constante silenciamento de incontáveis brasileiras anônimas, sobretudo mulheres negras; a naturalização de determinações sociais impostas às mulheres como a fragilidade, a delicadeza, a suposta vocação inata para a criação dos filhos e afazeres domésticos; a feminilidade e emoção, em contraponto ao pensamento lógico e racional do homem; a falta de representatividade nas mídias e, até mesmo, o discurso midiático dito feminista que acontece de modo falacioso, normalmente motivado por questões econômicas das grandes empresas.

Esses estereótipos acerca do sexo feminino, que passam a ser considerados orgânicos pela sociedade brasileira, são muitas vezes reiterados pela mídia tradicional, que transmite em larga escala a ideia de que mulheres são, em essência, submissas, frágeis, e, portanto, menos "competentes" do que os homens para a realização de atividades de poder. A presente dissertação objetiva verificar de que forma esse retrato interfere no acesso das mulheres à cidadania, em especial na esfera pública, bem como observar quais estratégias midiáticas ainda corroboram para a inequidade de gênero no Brasil e para o afastamento das mulheres aos espaços de poder.

No Brasil, é visível certa mudança nas relações de gênero nos dez últimos anos, tanto na esfera pública quanto na privada, que vem trazido reconfigurações à essa hierarquia historicamente constituída, de forma que as relações de trabalho, a sexualidade, e a própria participação das mulheres na área pública têm se transformado. Da mesma maneira, percebese uma nova e intensa ascensão do movimento feminista no país durante os últimos anos, em especial nesta última década, fatores que desencadearam e fomentaram significativa mudança

de *ethos* nos veículos de comunicação em massa brasileiros. Foram necessárias adaptações de conteúdo e novas estratégias discursivas, pois, uma postura abertamente desigual e machista já não seria tão bem recebida pelos públicos leitores.

Em contrapartida, retrocessos político-sociais também marcam a história recente do país. A última década no país contou com significativa ascensão da direita política, seguindo a tendência de outros países do mundo que contam, atualmente, com esse avanço conservador e muito é falado sobre os riscos que a democracia tem sofrido. A política no Brasil, em especial, sofreu um forte fenômeno de polarização entre conservadores e progressistas, que pareceu ter seu auge durante as eleições de Jair Bolsonaro no final do ano de 2018.

Assim, foi esse o ano selecionado como recorte temporal da presente pesquisa, que contou com eventos relevantes para a luta das mulheres e para toda a história recente do país: o ano de 2018 começou com a ascensão, no Brasil e no mundo, do movimento feminista norte-americano contra o assédio "Me Too"; teve início a intervenção militar no Rio de Janeiro; houve, também no Rio, a execução da vereadora Marielle Franco; o ano também foi marcado pela prisão de Luís Inácio Lula da Silva e pelas eleições nacionais, que tiveram forte presença feminina em campanhas como o "Ele não". É possível afirmar que movimentos sociais, debates sobre direitos humanos e feminismos foram diretamente afetados por esse contexto.

Sabendo que toda transformação discursiva é reflexo das mudanças sociais experimentadas, faz-se necessário investigar quais aspectos da mídia tradicional, de fato, acompanham a articulação de agendas progressistas, e quais deles ainda perpetuam o conservadorismo, ou, sob uma proposta liberal, veiculam uma ideia ilusória de libertação feminina.

Dentre tantos veículos midiáticos utilizados nos dias de hoje, a revista impressa ainda parece trazer, para muitos brasileiros, um efeito de sentido de maior credibilidade e solidez — em contraste com o contexto *on-line*, repleto de notícias, verdadeiras e falsas, difundidas pela Internet sem nenhuma blindagem. Assim, para uma parcela do público leitor, parece persistir a ideia de que a informação transmitida pela mídia tradicional é a verdade transcrita de um acontecimento. Em contraponto, muitos leitores informam-se exclusivamente por portais de notícia, redes sociais e sites da Internet, impondo às instituições que se mantenham atualizadas; desta forma, muitas marcas aderiram a difusão de conteúdo tanto por meio digital quanto por material impresso, de forma a alcançar os dois tipos de público, como é o caso da revista que compõe o *corpus* do presente estudo.

A Revista IstoÉ, em circulação desde 1976 no Brasil, é publicada semanalmente pela Editora Três, tratando-se de uma das revistas de maior circulação no país. Segundo a própria Editora Três, o ambiente impresso visa à "comunicação duradoura, que ajuda a estabelecer conexões, posicionar marcas e fortalecer vínculos", enquanto o ambiente digital é "ágil e dinâmico, para falar com públicos bem segmentados". São notáveis as adaptações que a referida revista fez e tem feito com base em mudanças sociais e suas implicações no mercado. Além de mudanças de formato, a revista contou com significativas transformações em seu conteúdo, tema que será esmiuçado durante este estudo.

Segundo dados de 2018, também informados pela Editora Três, naquele ano a revista tinha a tiragem de 253.893 exemplares semanais. Na Internet, a página da IstoÉ contava com 20 milhões de *page views* mensais, sendo sete milhões de sessões e cinco milhões de usuários únicos. Os mesmos textos publicados nas revistas impressas aparecem integralmente disponibilizados *on-line*, sob outra diagramação.

Nesse contexto, a presente dissertação propõe analisar cinco edições impressas da Revista IstoÉ, disponibilizadas também na plataforma *on-line*, selecionadas a partir das publicações do ano de 2018, tendo sido estabelecido como critério, além do delinear temporal, revistas que trouxessem protagonista(s) feminina(s) na matéria de capa. Busca-se, assim, estudar a representação contemporânea de figuras femininas vinculadas à política nacional, sendo essas mulheres figuras públicas ou anônimas.

Para o desenvolvimento do estudo, faz-se necessário distinguir os dois conceitos de gênero que serão trabalhados durante a pesquisa. A noção bakhtiniana de gênero de discurso, explorada durante a revisão bibliográfica, aparecerá sempre grafada como *gênero discursivo*; quando, por sua vez, a palavra fizer referência ao conceito de divisão social dos sexos, será apresentada apenas como *gênero*.

Da mesma maneira, é importante ressaltar que esta pesquisa adota uma perspectiva de análise feminina e feminista acerca de discursos feitos sobre a mulher, não necessariamente direcionados ao público feminino, tampouco escritos sempre por autoras. Segundo a antropóloga feminista Gayle Rubin,

A literatura acerca das mulheres – tanto a feminista quanto a anti-feminista – é uma longa reflexão sobre questões da natureza e da gênese da opressão e da subordinação social das mulheres. Essa questão não é banal, visto que as respostas dadas a ela são decisivas para o modo como vemos o futuro, assim como para se aferir se a esperança de uma sociedade sexualmente igualitária é algo que consideramos realista ou não. (1975, p. 9).

Também é relevante salientar que, durante a pesquisa, interpreta-se política não apenas como aquilo que compete ao Estado. Tal leitura limitaria a perspectiva priorizada, que é a de um fazer político visto como tudo aquilo que acontece na vida em sociedade, em esferas políticas, econômicas e sociais, e também no cotidiano, muitas vezes realizado por mulheres desconhecidas, em paralelo às esferas formais de poder.

Há, em senso comum, a ideia falaciosa de que quem faz a política são exclusivamente as figuras públicas que compõem o Poder Legislativo, mais especificamente o Senado e o Congresso Federal, composto em sua maioria por homens brancos e engravatados, que decidem, a partir de uma realidade distante, quais as diretrizes do país. Ainda que a informação confirme parte de nossa democracia excludente, não poderia ser deixada de lado toda a atuação do povo que, por meio de movimentos coletivos, difusos e até mesmo em atividades rotineiras e individuais realizam atos políticos na vivência social. Segundo Dallari (2016, p. 07), pode ser chamada de política "toda ação humana que produza algum efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade".

Nesse mesmo sentido, a historiadora Biroli reafirma a importância de a esfera política ser interpretada de maneira mais ampla, tendo em vista que, em especial para a atuação das mulheres, as relações de poder existentes no mundo privado incidem diretamente sobre a participação feminina nas esferas públicas. Assim, segundo a autora, "o feminismo contesta as noções autonomizadas de política, expondo suas conexões com dinâmicas sociais nas quais se estabelecem as desigualdades e as assimetrias no exercício de influência e no exercício mais direto de poder político." (2018, p. 11).

Desta forma, para que seja feito um estudo eficiente no que diz respeito aos limites democráticos enfrentados pelas mulheres, serão consideradas as definições de política supracitadas. Mesmo porque, o fazer político das mulheres, ao longo da história, sempre foi realizado em esferas paralelas às atividades estatais, o que não significa, conforme acima exposto, a ausência de atuação política feminina, tampouco que mulheres sejam menos politizadas do que os homens.

Bem antes de terem o direito ao voto outorgado, as mulheres já se organizavam de maneira independente para reivindicar seus direitos democráticos, de educação e de trabalho. Ainda hoje, com a Constituição Brasileira de 1988, que garante, em tese, direitos iguais a homens e mulheres, muito é conquistado por atividades paralelas às do Estado.

Não são apenas formais os obstáculos enfrentados por mulheres no âmbito político. Observando apenas casos do ano de 2018, é possível enumerar uma quantidade preocupante de

ações que restringiram o acesso da mulher à cidadania, como: a prisão arbitraria e sem provas de delito de Bárbara Querino, modelo negra, em janeiro de 2018; o assassinato de Marielle Franco, em abril, no Rio de Janeiro; a morte da Policial Militar Juliane dos Santos Duarte, em agosto, em São Paulo; o caso da advogada Valéria dos Santos, presa durante audiência, no Rio de Janeiro. Esses casos, que se tornaram públicos, são raras exceções diante de milhares de outros que acontecem em silêncio no país, sem que sejam reportados pela grande mídia. É necessário que seja dada a devida atenção a esse silêncio.

É sabido que a seleção dos acontecimentos a serem noticiados ou omitidos é, também, um mecanismo de controle de informação utilizado pelos meios de comunicação em massa, pois, um acontecimento só se transforma em notícia quando pertinente para a empresa midiática publicá-lo. Aquilo que é escolhido para ser publicado, apresenta um recorte que não pode ser interpretado de maneira reducionista, mesmo assim, o público leitor só tem acesso a essas poucas notícias que se tornam públicas. Muitos além dos casos exemplificados acima acontecem sem qualquer repercussão midiática ou legal, impedindo a milhões de brasileiras anônimas o alcance aos direitos de cidadania e mesmo o de exercerem o direito à dignidade da vida humana.

Desta forma, é inegável a relevância de pesquisas acerca da construção cuja mídia tradicional faz sobre a figura da mulher, em especial em esferas políticas. É evidente que a luta das mulheres conquistou seu espaço e segue a fazer realizações cotidianas, no entanto, raramente a batalha pela equidade recebe efetivo apoio midiático.

Para a construção da metodologia desta pesquisa, foram combinadas duas linhas teóricas, em suas convergências, que observam as construções discursivas. Em primeiro momento, foi explorada a perspectiva bakhtiniana acerca da linguagem, vista como produto de um meio social que modela a atividade mental dos indivíduos e, portanto, os meios de comunicar-se. Assim, objetiva-se observar o papel social e ideológico que o discurso ocupa, assim como de que forma esse se relaciona, necessariamente, às práticas sociais.

Assim, para o desenvolvimento inicial da análise, serão levantadas as condições sociohistóricas que determinaram a produção textual que constituem cada texto do *corpus* estudado e, por conseguinte, as marcas ideológicas ali presentes. Também aproveitando os conceitos bakhtinianos, foram observadas as relações dialógicas que constituem cada uma das publicações estudadas.

Em uma segunda etapa do estudo, observando a estrutura narrativa desses textos, aplicouse a teoria semiótica discursiva de linha francesa, no que diz respeito às relações simbólicas e semissimbólicas que trabalham na constituição de sentido de textos sincréticos. Em suma, as análises revelam, a partir das relações dialógicas e da constituição interna dos textos, quais ideologias em relação às mulheres na esfera política são, ainda hoje, propagadas pela mídia tradicional; também investiga quais estratégias discursivas se fazem presentes na construção da figura da mulher brasileira e como essa concepção, muitas vezes carregada de estigmas e estereótipos, corrobora com o afastamento das figuras femininas às mais variadas esferas de poder.

Para tanto, o presente estudo se encontra organizado da seguinte maneira:

O primeiro capítulo, intitulado "Mulheres e discurso: acesso, cidadania e representatividade", inicialmente, observou como o discurso feminino foi construído e moldado na cultura Ocidental. A partir da obra *Mulheres e poder: um manifesto* (2018), da historiadora Mary Beard, levantaram-se questões sobre como a invalidação e a ridicularização do discurso da mulher, em especial nas esferas públicas, foram construídas historicamente. Em seguida, o capítulo apresentou breve levantamento histórico da atuação feminina na política brasileira, de D. Carlota a Dilma Rousseff, abordando também a perspectiva de milhões de brasileiras anônimas que, ainda hoje, têm o acesso à cidadania limitado ou impedido. Nesse item foi aprofundada a obra de Rezzutti (2018). Em seguida, foram levantados aspectos do sistema de sexo/gênero proposto por Rubin (1975) e como este implica fazeres sociais femininos. A terceira e última parte do capítulo, por sua vez, retomou as ideias de Beard (2018) e Rezzutti (2018) no que dizem respeito à representação midiática das mulheres na política.

No capítulo dois, "Reflexões sobre a linguagem", foram apresentados quadro teórico e metodologia. Foi, em primeiro momento, estudada a obra bakhtiniana *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2017), objetivando relacionar algumas das ideias do Círculo que foram posteriormente utilizadas nas análises. Na segunda parte do capítulo, foram compreendidos os conceitos de gênero discursivo e polifonia (Bakhtin, 1992). Em seguida, foram apresentadas considerações de Brait (2013) sobre verbo-visualidade e as relações semióticas presentes na teoria de Bakhtin e do Círculo.

O capítulo foi encerrado pelas relações entre a perspectiva bakhtiniana e a abordagem semiótica da linguagem, que também serviu de ferramenta teórica para a realização das análises. Aprofundaram-se, aqui, as obras de Greimas (1984), Barros (2011) e Floch (2001), de forma a enfocar aspectos da semiótica plástica ou visual, e investigar, especialmente, como se dá a construção de sentido a partir das intersecções entre plano de conteúdo e plano de expressão, ou seja, das relações semissimbólicas presentes nos textos.

O terceiro capítulo, "O fazer discursivo da Revista IstoÉ", contextualiza a produção jornalística da revista selecionada. Para tanto, a primeira parte desse destinou-se à investigação do *ethos* (Maingueneau, 2008) da revista, observando as configurações de perfil propostas pela marca, em especial no ano selecionado para análise (2018). Posteriormente, o capítulo apresenta publicações protagonizadas por mulheres a partir dos anos 1990, objetivando, em uma perspectiva cronológica, traçar o perfil discursivo construído pela IstoÉ ao longo das últimas décadas, em especial no tocante à representatividade das mulheres brasileiras.

Já o capítulo quarto, *Mulheres na IstoÉ*, trouxe a análise do *corpus* selecionado, pautada nos elementos teóricos e contextuais tratados anteriormente. Foram selecionadas as edições nº 2514, publicada em 23 de fevereiro de 2018, cuja manchete "Nunca fomos tão fortes" é acompanhada de um desenho de uma mulher negra; a edição nº 2516, de 09 de março de 2018, em que Maria Madalena foi protagonista; também a capa nº 2517, de 16 de março de 2018, estampando a então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia; a edição de 11 de maio de 2018, nº 2525, sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco; a edição nº 2539, de 17 de agosto de 2018, intitulada "O poder das mulheres nas eleições"; e a edição nº 2553, protagonizada pela esposa do atual presidente, Michele Bolsonaro.

A partir das análises desenvolvidas, observou-se de que formas e, por meio de quais mecanismos, o fazer midiático corrobora para uma sociedade estigmatizada e ainda desigual e como, muitas vezes, o jornalismo brasileiro ainda serve de ferramenta para difundir a cultura de subordinação do feminino.

Seguem-se, por fim, as Considerações Finais e Referências.

1 MULHERES E DISCURSO: ACESSO, CIDADANIA E REPRESENTATIVIDADE

Preliminares

Desde os primeiros registros escritos da cultura ocidental, o fazer discursivo feminino foi representado de maneira subjugada. A obra *Mulheres e poder: um manifesto* (2018), da historiadora Mary Beard, cita diversos registros literários em que o discurso de personagens mulheres foi ridicularizado, invalidado ou censurado. A partir desses exemplos, a pesquisadora traça um paralelo entre a literatura clássica e a realidade contemporânea das mulheres ocidentais. Escrita a partir de duas palestras ministradas por Beard, a obra é iniciada por uma menção da autora à *Odisseia*, de Homero, em que é enfatizada a relação de mãe e filho entre Penélope e Telêmaco; Beard expõe um diálogo da obra clássica ao qual se refere como o "primeiro exemplo registrado de um homem mandando uma mulher calar a boca" (2018, p. 15).

No primeiro livro do poema, Penélope se dirige ao saguão do palácio e pede que a música que estava sendo tocada fosse substituída por alguma de temática mais alegre. Telêmaco, após a sugestão da mãe, contesta: "– Mãe – diz dele –, volte para seus aposentos e retome seu próprio trabalho, o tear e a roca... Discursos são coisas de homens, de todos os homens, e meu, mais que de qualquer outro, pois meu é o poder nessa casa." (2018, p. 16).

Respeitando as diferenças entre textos produzidos no início da literatura ocidental, há quase três mil anos, e discursos contemporâneos que carregam hoje desigualdade de gênero semelhante, a autora propõe uma visão de longo alcance, de forma a observar como a relação das mulheres com o discurso público foi construída, desde os primeiros registros da cultura ocidental, sempre de maneira marginalizada.

A autora discorre sobre as palavras ditas por Telêmaco, relacionando-as ao silenciamento opressivo sofrido por mulheres em diversas esferas do fazer político contemporâneo. Após as palavras do filho, Penélope volta aos seus aposentos de onde saíra. Segundo Beard (2018, p. 16 - 18):

as próprias palavras ditas por Telêmaco também são significativas. Quando ele diz que 'discurso' é 'coisa de homem' a palavra é muthos, não no sentido que chegou até nós, de mito. No grego homérico, muthos define o discurso público abalizado, não o tipo de conversa, tagarelice ou fofoca a que qualquer pessoa – inclusive as mulheres, ou em especial as mulheres – poderia se dedicar.

É certo que não se esperava de uma mulher da Grécia Antiga que levantasse a voz para um homem, afinal, muito mais explícitas eram as limitações femininas em esferas sociais,

econômicas e políticas. No entanto, o que Beard sugere é que a fala de Telêmaco implica numa cultura que ainda é propagada por grande parte de toda a cultura ocidental, que define o acesso ao discurso e a capacidade de executá-lo como uma habilidade inerente ao gênero masculino, algo próprio do homem, que define a masculinidade. A partir disso, a historiadora propõe que essa percepção não é distante à nossa cultura, mas sim muito presente em nossa tradição que, além de *Odisseia*, dispõe de muitos outros exemplos clássicos de distanciamento das mulheres ao discurso público:

A explosão de Telêmaco foi apenas o primeiro caso numa longa série de amplamente bem-sucedidas tentativas, que se estendem por toda a Antiguidade greco-romana, não apenas de excluir as mulheres do discurso público, mas também de alardear tal exclusão. No início do século IV a.C., por exemplo, Aristófanes dedicou uma comédia inteira à "hilariante" fantasia de que as mulheres deveriam assumir o controle do Estado. Parte da graça era que as mulheres não sabiam falar adequadamente em público – ou melhor, eram incapazes de adaptar sua linguagem pessoal (que, no caso, era amplamente ligada a sexo) ao sublime idioma da política masculina. No mundo romano, Metamorfoses de Ovídio - esse extraordinário épico mitológico sobre pessoas que mudam de forma (e provavelmente a obra literária de maior influência na arte ocidental depois da Bíblia) – volta por diversas vezes à ideia do silenciamento das mulheres no processo de sua transformação. A pobre Io é transformada pelo deus Júpiter numa vaca e, assim, não pode falar, só mugir; enquanto a tagarela ninfa Eco é punida de modo que a própria voz nunca mais seja dela mesma, e sim mero instrumento de repetição das palavras alheias. No famoso quadro de Waterhouse, ela olha para seu adorado Narciso, mas é incapaz de conversar com ele, enquanto ele – o "narcisista" original – se apaixonava pela própria imagem no lago. (2018, p. 20-21).

Essas expressões artísticas, expressivas em desigualdade de gênero, fizeram-se muito presentes na construção da literatura e pintura ocidentais, e refletem a repulsa ao discurso público feminino, que permeou o mundo clássico e ainda se instaura em muitas manifestações culturais contemporâneas eis que enraizado.

A falta de representatividade de mulheres no discurso público, como exemplificado acima por Beard, transcendia a não-representação, propunha que as mulheres fossem incapazes de falar em público e tratava de maneira pejorativa todos os aspectos da fala feminina, desde a entonação mais fina da voz, muitas vezes tida como estridente, até o conteúdo do discurso dessas mulheres, que era posto como vulgar e tangente às questões sociais.

A autora enfatiza a atual presença desses estigmas de gênero em muitos aspectos da cultura atual. Esse tipo de discurso estigmatizado, que aponta a fala feminina como histérica, estridente e inadequada ao âmbito público, parece ainda corroborar com o afastamento das mulheres dos espaços públicos, restringindo-as à esfera da vida doméstica. Segundo Beard (2018, p. 40), "Ainda hoje acontece de, ao escutar uma voz feminina, o público não ouvir uma voz que transmite autoridade; ou talvez não tenha aprendido a reconhecer nela a autoridade; as pessoas não ouvem *muthos*".

No que diz respeito às esferas públicas de poder, há significativos exemplos da política contemporânea que reafirmam essa visão tendenciosa que prega a incapacidade ou inadequação feminina ao falar em público; destacam-se casos como o fato de Margareth Thatcher ter feito um curso para que sua voz não fosse tão fina em seus discursos, bem como muitas mulheres políticas se vestirem de maneira pouco feminina, fato sobre o qual a autora levanta hipóteses:

(...) não temos modelo para a aparência de uma mulher poderosa, a não ser que ela se pareça bastante com um homem. Os terninhos regulamentares, ou pelo menos as calças compridas, usados por tantas líderes políticas no Ocidente, de Angela Merkel a Hillary Clinton, podem ser convenientes e práticos; mas são também uma simples tática – como engrossar o timbre da voz – para fazer com que a mulher pareça mais masculina e adequada ao papel do poder. (2018, p. 63)

Tais exemplos demonstram a ideia proposta pela historiadora de que uma figura de autoridade é ainda, necessariamente, associada a características masculinas: ao pensar em alguém poderoso, pensa-se em um homem. Até mesmo a voz mais fina das mulheres, sinônimo de histeria ou fragilidade, como já exposto, contrapõe-se ao timbre mais grosso dos homens que, por sua vez, parece transmitir maior autoridade, segurança e competência.

Ainda traçando um paralelo entre as produções clássicas e as vivências atuais, a autora cita diversas governantes que foram comparadas à Medusa, decapitada por Perseu na mitologia grega, o que Beard considera ser uma decapitação simbólica da atuação dessas mulheres na política. Dentre as mulheres que tiveram a imagem comparada à personagem mítica, faz-se relevante destacar a brasileira Dilma Rousseff que, ao inaugurar uma exposição do Caravaggio, realizada em São Paulo no ano de 2012, teve uma fotografia tirada em que sua imagem é associada à personagem mitológica:

Figura 1 - Dilma como Medusa



Fonte: Beard (2018, p. 83)

O mesmo acontece com Hillary Clinton que, durante as eleições norte-americanas de 2016, teve sua imagem sobreposta à figura de Medusa decapitada, enquanto o presidente eleito Donald Trump aparecia, vitorioso, sobreposto à imagem de Perseu. Nesse momento, não é enfatizada somente a vilania feminina, mas também uma evidente misoginia e incitação à violência contra a mulher, fatores ainda tão presentes na cultura ocidental.

Figura 2 – Trump e Clinton como Perseu e Medusa



Fonte: Beard (2018, p. 86)

Os nomes trazidos pela autora são de figuras femininas que saíram do anonimato e que trouxeram ao grande público questões cotidianas de toda a classe de mulheres. Thatcher, Rousseff, Clinton e Merkel são exemplos de como algumas mulheres que conseguem se fazer

presentes em esferas públicas de poder são retratadas por veículos midiáticos e, portanto, vistas e rotuladas pelo mundo Ocidental. Em paralelo, a ridicularização e o silenciamento do discurso feminino seguem incidindo sob incontáveis mulheres anônimas que almejam posições de poder fora da instância pública. Conforme cita Beard (2018), ainda que uma mulher não tenha como objetivo de vida ser presidente dos Estados Unidos, não significa que não busque alcançar uma posição de equidade dentro de sua casa, no ambiente de trabalho e mesmo nas relações interpessoais, nas quais as mulheres ainda são muito oprimidas e subjugadas.

É certo que esse afastamento do discurso público tem suas consequências também presentes na história recente do Brasil. Segundo Biroli:

Apesar da legislação nacional de cotas, que estabelece há duas décadas que 30% das candidaturas eleições proporcionais devem ser ocupadas por mulheres, permanecemos largamente sub-representadas, ocupando cerca de 10% dos cargos políticos eletivos. Nesse cenário, o Brasil elegeu e reelegeu uma mulher, Dilma Rousseff, para a Presidência da República, em 2010 e 2014. O golpe parlamentar que a afastou em 2016 foi marcado pela misoginia, ativando estereótipos de gênero que pareciam ter sido empurrados para as franjas do debate político brasileiro nas últimas décadas. Acumularam-se, no contexto atual, investidas contra as mulheres na política, contestações à sua competência como atores políticos e ações contrárias a direitos que foram estabelecidos como resultado de demandas e lutas históricas. (2018, p. 17).

Além de Dilma Rousseff, há outras brasileiras que nadam na contracorrente do fazer político brasileiro, como Marielle Franco, que atuou como vereadora do Rio de Janeiro por pouco menos de três meses antes de ser assassinada em 2018. Nem sempre os obstáculos que as afastam da vida pública são crimes hediondos como esse. Muito do silenciamento vivido pelas mulheres na esfera pública acontece de maneira cotidiana e naturalizada. A título de exemplo, é possível citar Talíria Petrone, deputada federal do Rio de Janeiro, que denunciou em suas redes sociais, em abril de 2019, situações machistas vividas pela Bancada Feminina durante discussões na Câmara acerca da Reforma da Previdência. Segundo Petrone, enquanto aos homens a palavra foi concedida, às mulheres – em especial aquelas da oposição –, foram destinadas interrupções constantes. As parlamentares tiveram o microfone desligado de maneira arbitrária durante a sessão. Outro exemplo atual, este de violência mais explícita, é o de Camila Mantovani, uma das fundadoras da Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, que teve em 2018 sua saída do Brasil viabilizada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, tendo em vista as ameaças de morte e perseguições que sofreu após ter se tornado uma das principais vozes pelo movimento de descriminalização do aborto dentro da comunidade evangélica.

1.1 BRASILEIRAS NA POLÍTICA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Antes de Dilma Rousseff ter alcançado o posto de presidenta da república e, antes mesmo de as mulheres terem o direito de voto e o de candidatura outorgados, em 1932, milhares de brasileiras atuaram politicamente pelo país. No entanto, conforme exposto, essa atuação foi e ainda é realizada, muitas vezes, de maneira paralela às instituições. Ao longo da história, o fazer político das mulheres teve sua importância constantemente diminuída ou mesmo anulada.

Segundo Beard (2018), é preciso perceber de que maneira a sociedade enxerga as mulheres no poder. Ao longo da história brasileira, figuras femininas que ocuparam posições de destaque na política nacional foram retratadas de maneira muitas vezes caricata. Na obra *Mulheres do Brasil – A história não contada*, o historiador Paulo Rezzutti cita o processo de demonização de Carlota Joaquina (2018, p. 133), constantemente descrita como uma mulher horrorosa, manca, semelhante a uma bruxa, pouco sendo descrita em seus atributos intelectuais e propriamente políticos.

O autor, ao discorrer sobre a atuação de D. Carlota dentro e fora do país, afirma que a princesa, muito engajada na política do Brasil monarca, "jogava o jogo do poder abertamente, como um homem faria, numa época em que se acreditava que a mulher não era talhada para isso." (2018, p. 135). Essas características, no entanto, não se fizeram bem interpretadas no decorrer da história. Segundo Rezzutti,

(...) a vida de d. Carlota foi reduzida a uma caricatura por meio dos discursos históricos ao longo dos anos, nos quais ela aparece como uma personagem simiesca e malévola. Essa imagem permeia até hoje o discurso adotado, quase que por osmose, em muitos livros de história. Eles repetem a antiga construção do discurso masculino, no qual a sociedade patriarcal e sexista tenta colocar "no lugar" aquela mulher que, em vez de ser modelo de virtudes, se atreveu a jogar, de igual para igual, os jogos de poder num ambiente majoritariamente masculino. O discurso do poder utilizado no caso de Carlota Joaquina é masculino e refratário a qualquer ideia de que a mulher venha a ter um protagonismo político num espaço político ancestralmente ocupado pelo homem. (2018, p. 137).

Se uma mulher com uma postura mais acirrada e assertiva era tida como cruel ou desequilibrada, aquelas de comportamento mais comum à época, ou seja, mulheres públicas que tinham um discurso mais polido e dito apropriado, foram tangenciadas ao longo da história, tendo seus papeis sociais limitados a mães, amantes e esposas, ainda que suas participações políticas tenham sido muito mais incisivas do que sua atuação na esfera doméstica.

Rezzutti cita D. Leopoldina, a primeira imperatriz brasileira e "a primeira [mulher] a participar ativamente da política brasileira em nível nacional e a governar diretamente o Brasil" (2018, p. 138). Além de ter substituído D. Pedro enquanto princesa regente e, posteriormente,

como imperatriz regente, a austríaca foi importante articuladora no movimento de Independência do país. Apesar desses feitos, a figura aparece muitas vezes nos livros de história como a esposa traída de D. Pedro I, ou como a mãe de D. Pedro II. Ao compará-la à sogra, D. Carlota, o autor afirma que "ao contrário da rainha portuguesa, porém, ela não impunha, sugeria, não fazia cara feia ou birra, mas calava-se e esperava o momento certo de agir." (2018, p. 138). Esse comportamento mais submisso e cativo absteve a personagem de uma memória histórica de histerismo e descontrole, mas delimitou sua participação na história à coadjuvante. O mesmo acontece com Domitila de Castro, a marquesa de Santos, que também teve seu papel subjugado na historiografia brasileira, apresentada como amante de D. Pedro, quando teve uma participação política engajada, promovendo diversas contribuições públicas, especialmente em São Paulo. Visto por outro ângulo, os relatos sobre ambas salientam a masculinidade do imperador Dom Pedro I.

Essa postura feminina mais dócil, tida como mais aceita e adequada, parece ter inferido às mulheres esse posto de coadjuvantes em oposição ao protagonismo político, social e econômico dos homens. Desta forma, ainda que importantes referências históricas, quando não aparecem retratadas como medusas maquiavélicas, as mulheres no poder têm sua importância política minimizada, como que a reiterar seu pertencimento à esfera doméstica.

Ainda que não tenham seus feitos devidamente reconhecidos, as mulheres brasileiras, ao longo da história, organizavam-se de maneira independente para reivindicar seus direitos democráticos, de educação e de trabalho. A título de exemplo, Leolinda Daltro, professora baiana, organizou, em 1917, em conjunto com outras militantes da época, um movimento dedicado a reivindicar que o direito ao voto contemplasse as mulheres. Esse tipo de mobilização era reflexo da primeira onda do feminismo chegando ao Brasil, representada principalmente pelo sufrágio.

Essa atuação paralela às instituições formais se manteve nas décadas que sucederam. Com o advento da pílula anticoncepcional, durante os anos 60, mulheres se organizavam em coletivos para clamar por sua liberdade sexual, exigindo acesso aos novos métodos contraceptivos emergentes, saúde sexual, apoio em casos de abuso ou assédio, dentre outros tópicos que originaram a segunda onda do feminismo no país; durante os vinte anos de período ditatorial, feministas na luta contra o regime militar colaboraram com o rompimento da ideia comum de limitação ao espaço doméstico; nos anos 70, a luta já possuía caráter sindical, com maior organização e engajamento político; a partir de 1980, já havia pautas consolidadas contra a violência às mulheres. Posteriormente, em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos

da Mulher (CNDM), em vínculo com o Ministério da Justiça, que promove o maior ingresso feminino nos espaços políticos, econômicos e sociais brasileiros.

A partir de então, é possível observar os direitos que, com muita luta, mulheres brasileiras conquistaram ao longo dos anos, pelo menos em âmbito constitucional. A partir dos anos 2000, a terceira onda feminista se consolida no Brasil: a Lei Maria da Penha entrou em vigor em 2006; em 2009, foi instituída uma norma federal para que pelo menos 30% das candidaturas legislativas fossem compostas por mulheres. A Lei do Feminicídio, sancionada em 2015, passou a tratar o assassinato de mulheres como crime hediondo, o que diminuiria, em tese, a omissão do Estado diante esses acontecimentos (curiosamente, os casos de feminicídio pareceram aumentar; de quinto lugar no ranking mundial de violência contra a mulher, o Brasil passou para o quarto, segundo dados do Ministério Público; é provável que o fato tenha se dado, pois, antes da aprovação da Lei, o crime não era devidamente tipificado, de forma que muitos casos eram registrados sem distinção de outros homicídios). Casos recorrentes de violência contra as mulheres no transporte público brasileiro motivaram, em setembro de 2018, que fosse sancionada a Lei 13718/18, alterando o Art. 215 do Código Penal, de forma a criminalizar todo e qualquer ato de origem lasciva praticado contra a vontade de terceiro. Atualmente, fala-se em quarta onda do feminismo e as mulheres crescem ocupando espaços públicos – ainda que com muitas dificuldades e limitações.

No mesmo contexto caminham progressos e atrasos e a efetiva equidade de gênero ainda caminha a passos lentos. Segundo dados levantados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e difundidos pelo site Politize, atualmente, temos apenas uma vereadora mulher para cada sete vereadores homens. Ainda segundo o TSE, uma em cada oito candidatas a vereadora não recebeu voto algum nas eleições de 2016, sugerindo candidaturas fantasma para preenchimento do percentual mínimo solicitado por lei. Nas eleições presidenciais de 2018, a representação feminina foi a mais baixa em oito anos, cumprindo apenas o mínimo necessário para parâmetros legais. Os dados colocam o país em 154º lugar no ranking da Inter-Parliamentary Union no que tange a representação feminina na política, considerando parlamentos de 193 países ao redor do mundo.

É importante ressaltar, ainda, que o machismo não incide de maneira igual sobre todas as mulheres da sociedade, mas responde a uma dinâmica hierárquica baseada em conceitos de raça e classe. Biroli (2018), ao escrever sobre a divisão sexual do trabalho, afirma que "o fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe.". A afirmação é válida não somente para o âmbito da divisão trabalhista, mas também para todos os outros campos que hierarquizam, ao

longo da história e no presente, a posição social e econômica da mulher negra, que não está em equidade à de mulheres brancas.

Apesar das crescentes conquistas feministas ao longo dos últimos anos, sabe-se que as brasileiras negras ainda sofrem mais com a vulnerabilidade social do que o restante da população. Segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em outubro de 2018, ainda que a média salarial dessas mulheres tenha quase dobrado de 1995 a 2015, essa ainda é 59% inferior à dos homens brancos e 41,8% inferior à das brasileiras brancas. É certo que esses fatores influem significativamente no fazer político dessas mulheres, mesmo porque a desigualdade salarial não é o único fator que submete brasileiras negras para uma situação tão vulnerável.

Sabe-se que os obstáculos que afastam as mulheres da atuação política não são apenas formais, mas também oriundos de limitações de tempo, dinheiro e espaço, barreiras que se fazem estruturais, em especial em relação a mulheres negras.

1.2 O FAZER SOCIAL FEMININO

Em relação à divisão social dos sexos, é utilizada a noção de "sistema de sexo/gênero" proposta por Gayle Rubin, que define esse esquema como "uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana" (1975, p. 11).

Esse conceito se aproxima à célebre sentença de Beauvoir (*O Segundo Sexo*, 1949) "não se nasce mulher, torna-se". Apesar de muitas vezes mal interpretada, a frase da filósofa francesa propõe o mesmo que Rubin sistematiza, posteriormente, por meio de sua definição de sistema de sexo/gênero: a partir do sexo biológico (macho ou fêmea) são construídas imposições sociais que definem os papeis de gênero de cada um dos sexos. Muitas vezes, as características atribuídas a cada sexo são naturalizadas, como se fizessem parte de algum determinismo biológico e não de uma construção social.

Kristeva (2019), ao discorrer sobre essa máxima beauvoiriana, afirma que "é contra a metafísica que a filósofa se encoleriza". Em outras palavras, Beauvoir denuncia as manipulações sócio-históricas que, incumbidas ao sexo feminino a partir de um suposto biologicismo, produzem e sustentam a subordinação das mulheres.

São muitos os ideais preconceituosos que são mantidos por meio da naturalização de processos socialmente construídos. Valores atribuídos como sendo naturalmente femininos

(como delicadeza, fragilidade, emotividade, feminilidade, vocação à maternidade e ao trabalho doméstico, etc.) constituem-se de forma a perpetuar uma "superioridade" masculina. Ao imputar essas características como inerentes à mulher, estabelece-se a falsa noção de que esses traços são da natureza feminina e, portanto, inalteráveis e permanentes.

É certo que o patriarcado não é o único princípio estruturador da sociedade brasileira, que atende a uma dinâmica de classes racializada e regida pelo capitalismo. Desta forma, devem ser considerados outros fatores que fazem com que a inequidade de gênero incida de maneira diferente sobre mulheres brasileiras. A título de exemplo, a maioria das brasileiras não tem como contratar outra pessoa para fazer seus serviços domésticos, realizando jornadas duplas ou triplas de trabalho; mas outras mulheres, de maior renda, podem contratar alguém que desempenhe essas tarefas (em uma aparente herança escravocrata, é comum mulheres brancas mais ricas contratarem mulheres negras mais pobres). Em qualquer dos casos, esse trabalho é tradicionalmente imputado ao sexo feminino.

O capitalismo, por sua vez, não parece ser a origem da desigualdade de gênero, mesmo porque sistemas econômicos que o antecederam não eram livres de sexismo. No entanto, a subordinação feminina parece ser um grande pilar para o funcionamento desse sistema como é conhecido. Kristeva (2019), ao aplicar uma análise marxista à questão da hierarquia de gênero, afirma

Já se argumentou que as mulheres são uma força de trabalho de reserva para o capitalismo, que os salários geralmente inferiores pagos a elas proporcionam uma mais-valia suplementar ao empregador capitalista, que elas servem aos objetivos do consumo capitalista em seu papel de administradoras do consumo familiar, e assim por diante. (2019, p. 12).

Nesse sentido, também é relevante mencionar a "taxa rosa", um valor mais alto que é normalmente imputado a produtos direcionados ao público feminino; além disso, ao sofrerem pressões estéticas do chamado padrão de beleza, as mulheres, muito mais do que os homens, tendem a consumir os variados e inumeráveis produtos orientados à determinada performance de feminilidade.

Kristeva ainda chama a atenção para a posição das mulheres no cerne da dinâmica capitalista e a utilidade da hierarquia de gênero para seu funcionamento:

É preciso cozinhar os alimentos, lavar as roupas, arrumar as camas, cortar a lenha etc. O trabalho doméstico, portanto, é um elemento chave do processo de reprodução do trabalhador de quem se tira a mais-valia. Como são geralmente as mulheres que fazem o trabalho doméstico, o trabalho das mulheres em casa contribui para o volume final de mais-valia realizado pelo capitalista. (2019, p. 14).

O poder socialmente conferido ao homem faz com que este se sinta no direito de dominar o sexo feminino não só em relação aos afazeres domésticos ou ao mercado de trabalho, como também nos demais âmbitos de funcionamento social. Assim, são comumente naturalizados pela sociedade casos de estupro, violência contra a mulher, desigualdade salarial e inúmeras diferenças de oportunidades e tratamento. Se ao homem é imposto o estereótipo da força, da virilidade e da razão, às mulheres é determinado que sejam dóceis, frágeis e emotivas. Enquanto aos primeiros é estabelecida a ideia de superioridade, o gênero feminino, por sua vez, ocupa o posto de subordinação.

É importante refletir acerca dos motivos desta hierarquia de gênero se manter tão consistente ainda nos dias de hoje, sendo difundida e promovida pelos meios de comunicação em massa. Essa lógica de subordinação parece sustentar interesses de classes dominantes. Dessa forma, em ordem de atingir a equidade de gênero, as premissas de subordinação impostas como sendo naturalmente femininas, devem ser observadas como construções sociais que podem e devem ser desconstruídas. No entanto, cabe refletir se é interessante para a sociedade, em especial para os detentores de *status* e poder, que haja essa desmistificação.

1.3 O RECORTE MIDIÁTICO DE MULHERES NA POLÍTICA

Sabe-se que tudo transmitido pela mídia, ainda que se proponha um discurso com efeitos de sentido de objetividade e imparcialidade, não se trata da informação em si, mas de um recorte de determinado acontecimento. Esse discurso, que constitui e é constituído pelo corpo social, reflete nuances ideológicas de nossa sociedade que, muitas vezes, perpetuam a desigualdade de gênero.

Apesar das conquistas sociais e políticas do feminismo ao longo da história, especialmente no último século, a figura feminina continua sendo representada na mídia e nas mais diversas camadas da sociedade com traços de submissão ou por meio de estereótipos, muitas vezes mascarados por um discurso que se propõe objetivo e imparcial, mas que alimenta o preconceito.

Barros (2011, p. 264-267) afirma que os discursos intolerantes são perpetuados por intermédio de uma construção temática e figurativa de oposição semântica entre a igualdade/identidade e a diferença/alteridade. Em outras palavras, é possível afirmar que tanto o conteúdo semântico abstrato (temas) dos discursos preconceituosos, quanto o investimento

semântico-sensorial dos mesmos (figuras) perpetuam valores de intolerância por meio da distinção entre o que é comum e aceito do que é dessemelhante e, portanto, pouco respeitado.

São quatro os percursos temáticos e figurativos constituídos por meio do discurso intolerante citados por Barros (2011): a animalização do "outro"; a "antinaturalidade" do diferente; o caráter doentio da diferença; a imoralidade do "outro". Estes temas e figuras são desenvolvidos de acordo com diferenças de etnia, religião, gênero e inúmeras outras, em que o "outro" é sempre uma minoria social. Afirma a autora: "O 'diferente', o 'outro' é, portanto, nos discursos preconceituosos e intolerantes, não-humano ou animalizado, antinatural e anormal, doente, sem estética e sem ética." (Barros, 2011, p. 267).

Essa oposição entre "sujeito" e "outro" foi amplamente discutida pela filósofa francesa Simone de Beauvoir, em sua marcante obra para o movimento feminista, *O Segundo Sexo* (1949):

A categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro. A divisão não foi estabelecida inicialmente sob o signo da divisão dos sexos, não depende de nenhum dado empírico: é o que se conclui, entre outros, dos trabalhos de Granet sobre o pensamento chinês de Dumézil sobre as índias e Roma. Nos pares Varuna-Mitra, Urano-Zeus, Sol-Lua, Dia-Noite, nenhum elemento feminino se acha implicado a princípio; nem tampouco na oposição do Bem ao Mal, dos princípios fastos e nefastos, da direita e da esquerda, de Deus e Lúcifer; a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si. Basta três viajantes reunidos por acaso num mesmo compartimento para que todos os demais viajantes se tornem "os outros" vagamente hostis. Para os habitantes de uma aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são "outros" e suspeitos; para os habitantes de um país, os habitantes de outro país são considerados "estrangeiros". Os judeus são "outros" para o anti-semita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. (BEAUVOIR, 1949, p.11).

Tendo por contexto o esboçado acima, faz-se necessário estudar o posicionamento da mulher enquanto o "outro" nos discursos midiáticos. Além disso, verificar como esses discursos transformam a figura feminina em alegorias inferiores.

Beauvoir ainda afirma: "A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro." (1949, p.10). A mulher parece estar presa, nos discursos preconceituosos e nos demais âmbitos da sociedade, na categoria de "outro".

Não há apenas uma maneira de realizar um discurso jornalístico que reproduza machismo ou misoginia. Essas representações tendenciosas do gênero feminino acontecem de variadas formas: nas revistas ditas femininas, quando as protagonistas aparecem superproduzidas, com um corpo inalcançável; ou, ainda, naquelas voltadas ao público masculino em que mulheres

aparecem objetificadas ou hiperssexualizadas; nas seções de "comportamento" de sites, em que os artigos direcionados às internautas parecem restringir seu conteúdo a moda, beleza, astrologia, dietas e relacionamentos; também nas notícias e reportagens em que, desde a seleção de conteúdo até as escolhas lexicais, parecem corroborar para a hierarquia de gênero - esta última, investigada no presente estudo.

Apesar de essas publicações não parecem ter relação direta com o afastamento das mulheres de espaços públicos de poder, parece haver nos discursos midiáticos uma forte tendência a empurrar as mulheres à esfera privada, ao âmbito doméstico, aos cuidados com a casa e com a família. Da mesma forma como não se ouve *muthos* quando uma mulher discursa (Beard, 2018), ao gênero feminino também não é direcionado esse *muthos*, mas sim um discurso trivial, que não diz respeito a interesses públicos, tampouco tem relevância para a sociedade como um todo.

Assim, ao serem atribuídas às mulheres essas missões de corpos perfeitos, relacionamentos ideais e cuidados domésticos, o gênero feminino tem seu pensamento direcionado a essas preocupações. Pensa-se, assim, que o segundo gênero é essencialmente vaidoso, delicado e até mesmo fútil. Considerando que a consciência individual se dá por meio das práticas discursivas (Volóchinov, 2017), pode-se concluir que esses e outros comportamentos tidos como naturalmente femininos são, na verdade, atribuídos a essa classe de indivíduos de maneira contínua e duradoura, por meio do discurso, desde a mais tenra idade.

Devem também ser investigadas as esferas políticas, econômicas e sociais que circundam o discurso, mesmo porque são essas circunstâncias que determinam e são determinadas pela prática discursiva. Assim, sabendo que o signo reflete as mais sutis mudanças sociais (Volóchinov, 2017), cabe estudar, a partir desses posicionamentos midiáticos, quais caminhos estão sendo traçados para as mulheres brasileiras, bem como quais os feminismos, de fato, são contemplados por esses discursos.

2 REFLEXÕES SOBRE A LINGUAGEM

Preliminares

Sabe-se que são três as fontes do marxismo, quais sejam, a filosofia alemã (a dialética hegeliana, da qual este se faz antítese, e o materialismo de Feuerbach), a economia política inglesa e o socialismo utópico francês. A partir dessas partes constituintes, é desenvolvida a filosofia marxista que investiga os modos de produção e, em especial, o modo de produção capitalista e as relações sociais típicas deste.

Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (2017), as reflexões propostas pelo Círculo de Bakhtin se aproximam de tais conceitos marxistas, de forma a traçar as relações entre a divisão de classes e a produção discursiva. A teoria bakhtiniana vai de encontro a concepções linguísticas anteriores, como aquelas orientadas pelo subjetivismo individualista, negando o conceito de que a fala seria produto exclusivo da psique do indivíduo, como também descarta a perspectiva direcionada ao objetivismo abstrato, que tem como objeto de estudo o sistema linguístico como um conceito fechado, desvinculado de significações ideológicas.

Para a corrente bakhtiniana, a compreensão de um signo depende da relação deste com outros signos já incorporados (2017, p. 95). Os signos, em si, são de natureza social e, portanto, só podem ser compreendidos a partir das situações sociais nas quais estão inscritos. Segundo Volóchinov.

Essa cadeia ideológica se estende entre as consciências individuais, unindo-as, pois o signo surge apenas no processo de interação entre consciências individuais. E a própria consciência individual está repleta de signos. Uma consciência só passa a existir como tal na medida em que é preenchida pelo conteúdo ideológico, isto é, pelos signos, portanto apenas no processo de interação social. (2017, p. 95).

Desta forma, os signos são condicionados, necessariamente, à organização social na qual os falantes estão inscritos. Logo, cada grupo social, ao comunicar-se, deixa marcas ideológicas que expressam suas vivências em sociedade, bem como suas intencionalidades sociais. A estrutura de uma enunciação, portanto, é regida por premissas e interesses sociais e será moldada de acordo com a relevância e a finalidade do enunciado para determinado grupo social. Assim, o signo se torna "uma arena da luta de classes" (Volóchinov, 2017). De acordo com a obra, que enfatiza a associação entre a produção discursiva e as relações de produção que instituem a estrutura econômica da sociedade.

As relações produtivas e o regime sociopolítico condicionado diretamente por elas determinam todos os possíveis contatos verbais entre as pessoas, todas as formas e os meios da comunicação verbal entre elas: no trabalho, na vida política, na criação

ideológica. Já as condições, as formas e os tipos de comunicação discursiva, por sua vez, determinam tanto as formas quanto os temas dos discursos verbais. (2017, p. 107).

Tal afirmação significa que as relações de produção de uma sociedade e, logo, as formações político-sociais por elas condicionadas, determinam as mais diversas situações comunicativas. Isto é, todas as formas de interação discursiva, ou seja, os diferentes gêneros do discurso, estão diretamente conectados a situações sociais concretas. Essa condição determinista, colocada pelo Círculo de Bakhtin como inerente aos gêneros discursivos, combinada ao conceito de que um signo só pode ser entendido a partir de outros já apreendidos (e que, portanto, constituem o horizonte social), caracteriza e rege as relações dialógicas que constituem, necessariamente, a produção discursiva.

Pode-se concluir que os signos linguísticos são variáveis de acordo com as condições sociais nas quais estão inseridos os participantes de dada interação verbal. No entanto, a produção discursiva não acontece de maneira autêntica e individual, pois, as interações sofrem influência direta das condições socio-históricas, políticas e econômicas nas quais estão inseridas. Assim, mesmo a consciência individual tem caráter sociológico, visto que somente é formada por meio de interações sociais. Um meio sígnico só pode ser formado por indivíduos organizados socialmente. Isto é, "a consciência individual é um fato social e ideológico". (2017, p. 97).

Ao inferir tais perspectivas socioeconômicas ao âmbito do discurso, são recuperados os elementos centrais do materialismo dialético. Parte-se da filosofia marxista que interpreta os fenômenos sociais levando em conta os elementos contraditórios e o constante movimento, intrínseco aos acontecimentos históricos. Em outras palavras, a filosofia de que o ser-humano é formado pelo meio social, que está em constante mudança. Da mesma maneira, o modo de produção do meio no qual está inserido influi diretamente em sua formação.

A dialética materialista de Marx aponta um embate central de classes entre burgueses e trabalhadores. Esse enfrentamento é intermediado diretamente pelo discurso, que, conforme proposto pelo Círculo, traz o signo enquanto uma arena da luta de classes. Em outras palavras, cada grupo social terá seu fazer discursivo regido e direcionado de acordo com os interesses sociais daquele grupo.

Assim, cabe investigar como as relações de produção influem no fazer discursivo e de que maneiras a ideologia dominante tende a incidir sobre o discurso dos grupos dominados.

Na metáfora de base e superestrutura, também retomada pelo Círculo, entende-se por base as relações de produção, ou seja, a forma como a sociedade se organiza para a produção e distribuição de riqueza. Em outras palavras, a relação social do capital é o que une, de um lado, proprietários de meios de produção e, de outro, os trabalhadores, que vendem sua força de trabalho como forma de subsistência. Sobre essa base, elevam-se as estruturas políticas, o direito, a cultura e demais instituições. Tanto a base quanto a superestrutura são mediadas e reforçadas a partir da ideologia dominante que, por sua vez, é transmitida pelo discurso. Segundo Lenin (1913):

Assim como o conhecimento do homem reflecte a natureza que existe independentemente dele, isto é, a matéria em desenvolvimento, também o conhecimento social do homem (ou seja: as diversas opiniões e doutrinas filosóficas, religiosas, políticas, etc.) reflecte o regime económico da sociedade. As instituições políticas são a superestrutura que se ergue sobre a base económica. Assim, vemos, por exemplo, como as diversas formas políticas dos Estados europeus modernos servem para reforçar a dominação da burguesia sobre o proletariado.

Qualquer fazer discursivo, por conseguinte, é sustentado pelo conjunto de representações morais, políticas e sociais no qual está inserido, ao mesmo tempo que os reforça. De modo semelhante, o modelo de organização social e produtiva (no caso, o capitalismo e suas relações de produção) influi diretamente nas ideologias transmitidas pelo discurso e se justifica através delas.

Tendo como exemplo o discurso político, conforme desenvolvido por Lenin, este se trata de um instrumento ideológico que mantém uma ligação mútua com as relações de produção. Marx, ao discorrer sobre os indivíduos que constituem a classe dominante, afirma:

na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX e ENGELS, 2007, p.47).

Desta forma, é refletida pelo discurso a relação hierárquica de proprietários sobre trabalhadores, tendo em vista que a organização social capitalista é baseada nas relações de produção que, em essência, criam desigualdades.

É certo que, para o desenvolvimento do presente estudo, deve ser considerada também a hierarquia de gênero, em especial no que tange à divisão sexual do trabalho, que é essencialmente mediada por desigualdade de raça. Além das jornadas duplas ou triplas que incidem sobre todas as mulheres, brasileiras negras têm maior incidência em trabalhos precários, tendo o piso salarial mais baixo de toda a sociedade. Esses fatores incidem não apenas

no acesso ao discurso político, como na produção deste, conforme investigado pelas análises desenvolvidas.

2.1 OS GÊNEROS DO DISCURSO

Para Bakhtin, há tantos gêneros discursivos quanto situações comunicativas (Estética da Criação Verbal, 1997). Isto é, existem infindáveis possibilidades de gêneros e o discurso é, necessariamente, modelado pelo gênero em uso – que, por sua vez, é definido a partir da atividade social realizada. Assim, comunicamo-nos sempre através de gêneros discursivos, e a escolha de qual será utilizado depende da intenção comunicativa de dado locutor.

A partir de então, o autor define gênero do discurso como tipos "relativamente estáveis" de enunciados, diferenciando os dois conceitos:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (1997, p. 280).

Assim, o enunciado é definido como uma atividade única de determinada situação comunicativa, sendo assim, singular. No entanto, todo enunciado está inserido em dada esfera de atividade humana, o que determina que haja certas condições específicas para a construção desse enunciado. São essas tipicidades de conteúdo temático, estrutura composicional e estilo, mediadas pelas condições socio-históricas, que caracterizam o gênero do discurso.

Além disso, Bakhtin desenvolve que palavras e orações só podem ser compreendidas em sua integridade quando inseridas em uma situação comunicativa e, assim, tornam-se enunciados. É nesse momento que a palavra e a oração, ora abstratas, tornam-se atos de comunicação social que são interpretados a partir do contexto discursivo no qual estão inseridos. A escolha das palavras, em si, não é arbitrária, mas sim condicionada às intencionalidades do falante em dada situação social e, por conseguinte, ao gênero discursivo.

O locutor, ao produzir um enunciado em determinado gênero discursivo, fá-lo de acordo com a esfera em que esse discurso irá circular, ainda que o destinatário não seja estritamente definido. Considerando que todo enunciado é produzido para alguém e que o locutor busca influenciar ou persuadir esta pessoa de algo, é possível afirmar que o estilo discursivo será moldado de acordo com as concepções que o falante tem a respeito de seu destinatário, como quais são suas convicções, crenças e valores, seu nível de instrução e conhecimento prévio.

O autor vai de encontro a vários cursos de linguística geral que dividem as funções de uma interação verbal entre ativa, relativa ao locutor, e passiva, quando tratam do destinatário. Ao contrário, Bakhtin enfatiza que o destinatário também atua de forma ativa no ato enunciativo, mesmo porque, tem uma atitude responsiva ao compreender um enunciado:

Na linguística, até agora, persistem funções tais como o "ouvinte" e o "receptor" (os parceiros do "locutor"). Tais funções dão uma imagem totalmente distorcida do processo complexo da comunicação verbal. Nos cursos de linguística geral (até nos cursos sérios como os de Saussure), os estudiosos comprazem-se em representar os dois parceiros da comunicação verbal, o locutor e o ouvinte (quem recebe a fala), por meio de um esquema dos processos ativos da fala no locutor e dos processos passivos de percepção e de compreensão da fala no ouvinte. Não se pode dizer que esses esquemas são errados e não correspondem a certos aspectos reais, mas quando estes esquemas pretendem representar o todo real da comunicação verbal se transformam em ficção científica. De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (linguística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. (1997, p. 291)

Assim, ainda que não seja de maneira verbalizada, ao assimilar um enunciado, o destinatário concorda ou discorda daquilo que foi dito, complementa, direciona, relaciona-se de maneira polêmica ou harmônica com aquele discurso, de forma a tornar-se, também, produtor de sentido. Até mesmo na instância de produção, o locutor espera um retorno do destinatário e, conforme supracitado, é essa intencionalidade comunicativa que definirá o gênero do discurso.

É possível afirmar, então, que o enunciado é uma unidade do discurso integralmente social. Ainda no que tange a instância de recepção, é importante destacar que a maneira como o discurso é assimilado, reelaborado e complementado é definida a partir de discursos anteriores já absorvidos pelo destinatário em outras situações de interação, sendo base de sua interpretação. Em contrapartida, o locutor, ao elaborar um enunciado, também tem uma memória de discursos anteriores, já assimilados, e esses servem de sustentação para aquele que

está sendo desenvolvido. Logo, Bakhtin expõe que todo enunciado é constituído de diversas vozes, elaborado e interpretado a partir de múltiplos discursos anteriormente incorporados.

Desta forma, justifica-se a relevância estudar, dentro dos gêneros discursivos capa de revista e reportagem, tanto sua constituição, ou seja, o conteúdo temático, a estrutura composicional e o estilo empregado, quanto suas relações dialógicas com outros textos.

2.2 BAKHTIN E A VERBO-VISUALIDADE

Faz-se necessário, para o desenvolvimento da presente pesquisa, traçar a articulação existente entre o verbal e o visual para a construção de sentido e efeitos de sentido de um texto, em uma perspectiva dialógica. Segundo Brait (2013), há obras de Bakhtin e do Círculo que possibilitam uma chave de leitura verbo-visual, tendo em vista que a teoria bakhtiniana não está restrita ao campo do verbal.

Dentre as obras apontadas pela autora, encontra-se *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, em que Volóchinov, ao defender a lógica da consciência, que é necessariamente alimentada pelos signos, define-a como "a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social". Desta forma, já é traçada uma possibilidade de leitura para além do fazer verbal, levando em conta aspectos semiótico-ideológicos do discurso. Ainda segundo o autor, "(...) todos esses discursos verbais estão correlacionados, é claro, com outros tipos de manifestação e interação por meio de signos: com a expressão facial, a gesticulação, os atos convencionais e assim por diante" (2017, p. 107).

A partir dessas concepções, Brait (2013) defende que tanto Bakhtin quanto o Círculo não desenvolveram uma teoria estritamente linguística, mas sim conceitos que podem ser aplicados às relações verbo-visuais produzidas nos discursos, uma vez que a teoria abraça a linguagem como um todo. De acordo com a autora, a possibilidade de uma leitura verbo-visual objetiva estudar a articulação entre esses dois campos para a produção de sentido e efeitos de sentido, em suas especificidades, uma vez que, em textos sincréticos, o ver e o ler acontecem simultaneamente (2013, p. 44). Assim, o estudo do verbo-visual busca explicar a construção de sentido por meio do verbal e do visual estruturados em apenas um enunciado, em um único plano da expressão, combinados de forma a construir o sentido do texto.

A verbo-visualidade funciona de maneira a constituir o objeto de conhecimento, a partir de um ponto de vista teórico-metodológico. A dimensão visual interage constitutivamente com o verbal (ou vice-versa), acrescentando-lhe valores. Sem esse

jogo não se dá a construção do objeto de conhecimento, nem dos sujeitos da construção e da recepção. (2013, p. 62).

Logo, é possível afirmar que a verbo-visualidade, quando estudada a partir de um ponto de vista teórico-metodológico cuidadoso, permite a construção dos elementos de concepção e recepção de um texto, além da constituição do objeto de conhecimento propriamente dito.

Assim, a articulação verbo-visual do texto, sob a perspectiva dialógica, "caracteriza-se como uma dimensão artístico-discursiva" (2013, p. 62), indicadora de relações mais ou menos polêmicas produzidas pela relação entre o verbal e o visual. Ao discorrer sobre o gênero discursivo, Brait afirma, ainda:

Se nos ativermos à ideia simples e redutora de que o gênero comporta forma de composição, estilo e tema, também dessa perspectiva, que necessariamente implica diferenças textuais e discursivas, a hipótese sobre a importância da verbo-visualidade parece confirmar-se. Podemos observar, por exemplo, que o elemento visual vai articular-se ao verbal de maneiras diferentes em cada enunciado, interferindo na forma de composição, no estilo e, consequentemente, nos temas produzidos. São, portanto, projetos de construção de conhecimento verbo-visualmente constituídos. (2013, p. 64).

Objetiva-se, pelo presente estudo, verificar tais maneiras em que o verbo-visual se articula em cada um dos enunciados *corpus* desta pesquisa, que são, conforme afirma Brait, mediadas diretamente pelo gênero no qual esses discursos foram produzidos.

Portanto, tendo esboçado a possível relação das produções bakhtinianas às perspectivas semiótico-ideológicas da linguagem em uma concepção verbo-visual, serão estudadas, a partir da ótica dialógica, as intersecções entre o verbal e o visual que, quando em confluência, produzem efeitos de sentido em conjunto. Para tanto, empresta-se, para a realização das análises, a metodologia utilizada pela semiótica de linha francesa, em especial no que diz respeito às relações simbólicas e semissimbólicas na constituição de efeitos de sentido.

2.3 A SEMIÓTICA PLÁSTICA

Considerando as relações exploradas entre as produções bakhtinianas e a verbovisualidade, empresta-se, para o desenvolvimento das análises, conceitos da Semiótica Plástica. Assim, parte-se do princípio de que há uma relação de intencionalidade entre significante, plano da expressão, e o significado, plano do conteúdo. Desta forma, para que haja uma compreensão integral do texto, devem ser explorados tanto os signos verbais como os não verbais, conforme explorado anteriormente. Para tanto, a semiótica enxerga ambos os planos como construtores de efeitos de sentido. Segundo Floch (2001): Para a semiótica, o sentido resulta da reunião, na fala, na escrita, no gesto ou no desenho, de dois planos que toda linguagem possui: o plano da expressão e o plano do conteúdo. O plano da expressão é o plano onde as qualidades sensíveis que possuem uma linguagem para se manifestar são selecionadas e articuladas entre elas por variações diferenciais. O plano do conteúdo é o plano onde a significação nasce das variações diferenciais graças as quais cada cultura, para pensar o mundo, ordena e encadeia ideias e discurso. (2001, p. 09).

Assim, após trabalhada a perspectivas dialógica dos textos a partir da teoria de Bakhtin, as análises desenvolvidas utilizam da teoria semiótica; uma vez que essa propõe trabalhar diferentes linguagens, o uso desses conceitos não é contraditório à verbo-visualidade bakhtiniana, mas sim complementar.

Para tanto, parte-se do plano do conteúdo, mais especificamente do esquema canônico da narratividade. São investigadas, posteriormente, as marcas da enunciação presentes em cada texto, de forma a observar quais estratégias emocionais, sensoriais e racionais compõem a organização sintática da narrativa, e, em relação aos aspectos de sujeito, tempo e espaço, quais são as desembreagens utilizadas e com quais intenções; cabe ressaltar aqui que essas se dividem em enunciativas e enuncivas e que podem transmitir efeitos de sentido de subjetividade ou objetividade, respectivamente.

Faz-se importante destacar, também, que essas disposições podem aparecer alternadas: no caso dos textos estudados, podem ser congruentes ou não no campo do verbal e do visual. É possível, ainda, que em um mesmo âmbito essas estratégias se apresentem misturadas.

Posteriormente, são observadas as oposições fundamentais do texto, de forma a concluir a análise do plano de conteúdo e, assim, traçar sua relação com o plano da expressão.

Ao discorrer sobre as relações entre esses dois planos, Floch (2001, p. 28-9) diferencia os sistemas simbólico, semiótico e semissimbólico. Segundo o autor, enquanto o primeiro trata das "linguagens cujos dois planos estão em conformidade total: a cada elemento da expressão corresponde um — e somente um — elemento do conteúdo", o segundo diz respeito às "linguagens nas quais não existe conformidade entre os dois planos, nas quais é preciso distinguir e estudar separadamente expressão e conteúdo", o terceiro sistema, que é o que nos interessa para o desenvolvimento do presente estudo, define-se "pela conformidade não entre os elementos isolados dos dois planos, mas entre categorias da expressão e categorias do conteúdo".

Em outras palavras, para que seja aprofundada essa conformidade entre as categorias, são observados os níveis cromático, eidético e topológico do plano da expressão, de forma a verificar quais oposições se relacionam às oposições de conteúdo traçadas anteriormente.

A utilização dessa teoria se faz necessária à medida em que a construção de sentido dos textos analisados, por pertencerem gênero discursivo capa de revista, dá-se também por meio de significantes visuais. O objetivo é, portanto, estabelecer as relações simbólicas e semissimbólicas existentes nos textos e como essas trabalham na produção de sentido.

3 O FAZER DISCURSIVO DA REVISTA ISTOÉ

Preliminares

Partindo do princípio de que a linguagem é componente fundamental do fazer político (Chareaudeau, 2008), é possível afirmar que essa realiza um papel de mediação entre a política em si e a cidadania, podendo colaborar com a legitimação de determinado discurso ou o inverso. O autor afirma, ainda, que não apenas a fundamentação do discurso constitui sua validação: a construção de uma imagem crível parece ser uma estratégia tão ou mais importante quanto o conteúdo proposto". Aristóteles (2005, p. 95) ressalta ainda que essa parece ser a mais eficaz das provas, podendo ser vista como o principal meio de persuasão. Faz-se muito relevante, portanto, o estudo da construção do *ethos* para a adesão dos discursos propostos.

Sabe-se que as figuras políticas são determinadas a partir de anuência da população, que valida o discurso deste ou daquele político e, por meio do voto, concede-o espaço no poder público. Essa validação não ocorre sempre da mesma maneira. Conforme estabelecido, a aquisição da legitimidade não acontece, necessariamente, a partir de ideologias propostas, mas também pela imagem construída no discurso, em grande parte pelos veículos midiáticos.

Sabe-se que a IstoÉ, revista de circulação nacional, trata, principalmente, de assuntos vinculados à política, economia e cultura. Também com plataforma digital, a revista impressa tem 253.893 exemplares semanais de tiragem e 221.081 de circulação. No ambiente virtual, o site atinge 20 milhões de acessos mensais, sete milhões de sessões e cinco milhões de usuários únicos. Em redes sociais como o Facebook, o alcance mensal chega a duzentos milhões¹.

Tendo em vista o grande alcance da marca e, logo, a influência que o posicionamento dessa pode exercer sobre o pensamento público, faz-se necessário estudar a imagem construída pela IstoÉ, desenvolvida a partir de suas práticas e estratégias discursivas e observada a partir de diferentes conjunturas sócio-históricas, motivo pelo qual este capítulo se orienta a partir de uma perspectiva cronológica. Cabe, portanto, estudar o caráter discursivo desenvolvido pela empresa, sabendo que é um conceito fundamentalmente sócio-discursivo, apreendido necessariamente em uma situação de comunicação.

Assim, o presente capítulo tem por objetivo determinar o *ethos* construído pelo fazer discursivo da marca IstoÉ ao longo das últimas décadas, bem como determinar qual o atual

¹ Dados retirados da Plataforma ISTOÉ: https://istoe.com.br/tag/digital/. Acesso em 14 de outubro de 2018.

perfil propagado pela revista. A análise privilegiará os aspectos que tangem a retratação da figura feminina, dentro da problemática da inequidade de gênero existente no Brasil e, muitas vezes, difundida pelos meios de comunicação.

A marca IstoÉ, conforme supracitado, também possui uma plataforma digital de marketing, elaborada pela própria Editora Três, em que a revista é apresentada a potenciais patrocinadores. A partir desse conteúdo, um perfil *desejado* da marca é delineado, possibilitando a análise do *ethos* construído. A empresa é descrita como uma "plataforma de comunicação completa", tendo em vista que a instituição desenvolve edições impressas e digitais, além de realizar eventos de cunho político e social.

Segundo informações do site, a versão impressa, que é de circulação nacional, apresenta "opiniões plurais para mentes independentes". Ainda na plataforma, destaca-se a propaganda abaixo, em que um jovem negro, com postura incisiva e determinada, posa ao lado da manchete: "Nem de esquerda, nem de centro, nem de direita.", colocando-se como uma instituição isenta de vertentes políticas. A manchete é grafada em amarelo, uma cor quente, que pode sugerir aproximação e, também, apartidária.

Em seguida, afirma-se que a IstoÉ, por se tratar de um jornalismo de qualidade, conseguiria distinguir o falso do verdadeiro, fornecendo a abertura para diálogo e, logo, oportunidade para construir um país melhor. Lê-se:

O antídoto perfeito para a polarização do mundo de hoje. Existem muitos pontos de vista e só o jornalismo de qualidade consegue esclarecer o que é falso do que é verdadeiro, mostrando o quão importante é termos opiniões diversas. Oportunidade para dialogar e construir um Brasil melhor. É isso que a plataforma da IstoÉ faz.

NEM DE ESQUERDA,
NEM DE CENTRO,
NEM DE DIREITA.

O antídoto perfeito para a polarização do mundo
de hoje. Existem muitos pontos de vista e só o
jornalismo de qualidade consegue esclarecer
o que é falso e o que é verdadeiro, mostrando o
quão importante é termos opiniões diversas.
Oportunidade para dialogar e construir um Brasil
melhor. É isso que a plataforma ISTOÉ faz.

Figura 3 - Descrição IstoÉ em sua plataforma digital

Fonte: plataforma digital da IstoÉ. Acesso em 13 de outubro de 2018.

A partir dessa descrição, é possível perceber que o *ethos* que visa ser transmitido é o de imparcialidade e isenção política, como se, por uma revista não se enquadrar em determinada

vertente, fosse livre de qualquer ideologia. Propõe-se, assim, a mostrar o dito "verdadeiro", o acontecimento em si, implantando o efeito de sentido de imparcialidade e, portanto, credibilidade.

Maingueneau, ao dissertar sobre o ethos aristotélico, afirma:

Não se trata de uma representação estática e bem delimitada, mas, antes, de uma forma dinâmica, construída pelo destinatário através do movimento da própria fala do locutor. O ethos não age no primeiro plano, mas de maneira lateral; ele implica uma experiência sensível do discurso, mobiliza a afetividade do destinatário. Para retomar uma fórmula de Gibert (século XVIII), que resume o triângulo da retórica antiga, "instrui-se pelos argumentos; comove-se pelas paixões; insinua-se pelas condutas": os "argumentos" correspondem ao logos, as "paixões" ao pathos, as "condutas" ao ethos. Compreende-se, assim, que na tradição retórica o ethos tenha sido freqüentemente considerado com suspeição: apresentado como tão eficaz quanto o logos — às vezes até como mais eficaz do que o logos, os argumentos propriamente ditos —, desconfia-se, inevitavelmente, que inverta a hierarquia moral entre o inteligível e o sensível, e também entre o ser e o parecer, uma vez que o orador pode mostrar no discurso um ethos mentiroso. (2008, p. 14).

A partir do triângulo da retórica antiga acima exposto, é possível perceber que a credibilidade de um discurso depende de diferentes aspectos de persuasão, não exclusivamente do raciocínio. Conforme desenvolvido, a legitimação de um discurso está, frequentemente, vinculada à imagem construída da qualidade moral do enunciador.

Tal posicionamento de que o *ethos* é, em certas circunstâncias, visto como tão ou mais relevante que o próprio *logos* (argumento), permite observar como a construção de determinado caráter discursivo incide diretamente no fazer jornalístico brasileiro da contemporaneidade. Assim, ainda que a argumentação sobre determinado assunto seja errônea ou rasa, instituições jornalísticas da mídia tradicional como a IstoÉ construíram, ao longo dos anos, um efeito de sentido de imparcialidade, visando transmitir, ao público alvo, a impressão de verdade.

Faz-se necessário destacar o conceito de *ethos* pré-discursivo estabelecido por Maingueneau (2005), pois, a partir de enunciações prévias de um mesmo enunciador, o público constrói representações — que podem ser sustentadas ou prejudicadas pelo o *ethos* discursivo proposto, bem como influem diretamente sobre sua eficiência. Para essa definição, Amossy (2005) adota o termo *ethos* prévio que, segundo o autor, pode ser recuperado por meio de rastros discursivos, como marcas linguísticas, a situação comunicativa, o interdiscurso e até mesmo a história discursiva do enunciador.

Outro fator determinante para o fazer persuasivo é a construção axiológica compartilhada pelo público da revista, as crenças e a disposição do público leitor, inseridas nas condições sócio-históricas, e desenvolvidas a partir das emoções que o discurso gera no leitor. Esse

conjunto de valores, determinado *pathos* discursivo, é vértice fundamental do triângulo retórico apresentado e contribuirá para a absorção ou falha do *ethos* proposto, tendo em vista que nem sempre o *ethos* visado é o, de fato, construído pelo discurso.

Um levantamento acerca do público da marca IstoÉ permite que façamos um perfil dos cidadãos que brasileiros consomem o conteúdo produzido pela instituição e, assim, verificar quais nichos sociais podem aceitar e absorver, com maior facilidade, o *ethos* da empresa. A mesma apresentação de marketing da Editora Três dispõe uma verificação:



Figura 4 - Apresentação qualitativa do público IstoÉ

Fonte: plataforma digital da IstoÉ. Acesso em 13 de outubro de 2018.

Na imagem acima exposta, o público é definido como "formadores de opinião" e "influenciadores no mundo real". Em destaque no canto superior esquerdo, os leitores são definidos como "mentes curiosas, inquietas, conectadas e independentes.". A imagem de uma jovem de óculos, sorridente, e trajada de amarelo, compõe o texto. Os dados expostos afirmam que 74% dos leitores estão entre as classes A e B, sendo 19% A e 55% B e que 53% do público é feminino, 47% masculino. Quanto à faixa etária, o balanço realizado é de que: 24% dos leitores tem entre 20 e 29 anos; 24% de 30 a 39; 19% de 40 a 49; e 26% é a porcentagem de leitores de mais de 50 anos.

Além desses fatores, a pesquisa também levanta que 93% do público se interessa por atualidades e notícias do momento; 70% possuem casa própria; 58% gostam de experimentar novos produtos e marcas; 44% são formadores de opinião quanto à referência em compra de produtos.

Apesar de serem dados direcionados a eventuais patrocinadores, também servem de embasamento para a construção da imagem do público-alvo da revista. A partir do exposto, é possível concluir que a IstoÉ, enquanto plataforma física e digital de comunicação, contempla,

principalmente, leitores de classes mais altas, de idade variada, e interessado em atualidades e notícias. O discurso proposto é, portanto, direcionado a esses leitores.

3.1 PERSPECTIVA CRONOLÓGICA

Tendo em vista os conceitos acima expostos de ethos pré-discursivo, interdiscurso e situação comunicativa, faz-se relevante estudar, a partir de uma perspectiva cronológica, as publicações de capa da Revista IstoÉ. Foram selecionadas edições a partir do ano de 1999, quando o acervo on-line da revista começa a ser datado, que tenham mulheres como protagonistas da matéria de capa.

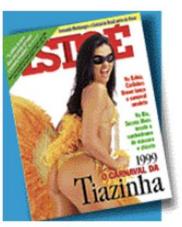
Das dez edições femininas da revista publicadas durante aquele ano, a maioria delas contava com temáticas acerca de relacionamentos heteronormativos, dietas e comportamento. As três primeiras edições documentadas da revista que tiveram mulheres como protagonistas de uma matéria de capa, em 1999, foram:

Figura 5 - Primeiras capas de protagonismo feminino da IstoÉ

03/02/1999 nº1531 13/01/1999 nº1528



17/02/1999 n°1533



Fonte: plataforma digital da IstoÉ. Acesso em 13 de outubro de 2018.

A primeira delas, nº 1528, datada em 13/01/1999, é a primeira publicação feminina a constar nos registros do site da revista. Apresenta o tronco de uma mulher branca nua, em cores contrastantes, sob a manchete "Dietas da moda". Assim como essa, as duas que a sucedem, uma com a palavra "SEXO" em destaque (nº 1531, de 03/02/1999) e a outra protagonizada pela celebridade da época Tiazinha (nº 1533, de 17/02/1999), apresentam a figura da mulher sexualizada, muito comum às demais publicações do ano. Diversas capas daquele ano, e também daqueles que o sucederam, contam com mulheres fragmentadas, brancas e magras, raramente com o rosto à mostra:

Figura 6 - Capas de 1999 e 2000 expõem corpos femininos



Fonte: plataforma digital da IstoÉ. Acesso em 13 de outubro de 2018.

Percebe-se a grande preocupação com o corpo feminino, que, conforme mostram as matérias, delineava-se em uma perspectiva padronizada, excluindo milhões de mulheres que não se encaixam nos padrões de um corpo branco, magro e jovem.

Quando não sexualizadas, as figuras femininas apareciam, até 2005, majoritariamente representando questões comportamentais, como a maternidade, relacionamentos heterossexuais, saúde, beleza e sexo, como exemplificam as edições nº 1697, de 10/04 de 2002 e nº 04/02/2004, nº 1791:

Figura 7 - Publicações de 2002 e 2004: TPM e vaidade



Fonte: plataforma digital da IstoÉ. Acesso em 20 de outubro de 2018.

Faz-se interessante observar que tais assuntos, como cuidados com a saúde, problemas psíquicos, desequilíbrio emocional, dietas, educação dos filhos e vaidade, eram matérias protagonizadas necessariamente por mulheres, como se aquele conteúdo fosse restrito ao público consumidor do gênero feminino.

As exceções apareciam quando a reportagem apresentava alguma figura pública do entretenimento ou quando se tratava de algum escândalo de mobilização nacional, como mostram as edições nº 1728 e nº 1789, de novembro de 2002 e janeiro de 2004, respectivamente.

Figura 8 - Publicações de 2002 e 2004: mulheres conhecidas

14/11/2002 nº1728



21/01/2004 nº1789



Fonte: plataforma digital da IstoÉ. Acesso em 20 de outubro de 2018.

As publicações acima chamam atenção por razões distintas. A mais antiga estampa Suzane von Richthofen diante da manchete: "Jovem, rica, bela e cruel" – é interessante refletir se os adjetivos selecionados para a descrever seriam os mesmos se o assassino fosse um homem ou, ainda, caso fosse uma mulher, cujas características físicas não cumprissem ao imposto pelo padrão de beleza vigente (jovem, branca, magra, cabelos loiros e lisos).

Já na segunda capa, Taís Araújo aparece ao lado da frase "Da cor do Brasil", o que parece exaltar a condição da mulher negra na sociedade. Seu sorriso largo e sua camiseta estampada com a palavra "neguinha" parecem contribuir para uma imagem de progresso dos negros no Brasil. As letras menores no canto inferior direito, no entanto, explicam que a atriz está entre exceções: "Os negros conquistam espaço na televisão, nas passarelas e na propaganda. Mas na vida real a desigualdade ainda impera.". Em suma, mostra-se que, apesar da ascensão de negros

e negras em determinados âmbitos da mídia, a desigualdade — oriunda de um passado escravocrata e reiterada por um contexto ainda muito racista, fazia-se imperativa. Posteriormente, será possível observar a mesma incongruência no ano de 2018, selecionado para análise.

Até então, as figuras femininas protagonizavam capas da IstoÉ em algumas circunstâncias específicas, conforme supra exemplificado. Foi Marta Suplicy a primeira figura política pública a estampar a matéria principal da revista:



Figura 9 - Marta Suplicy: irresponsável

Fonte: plataforma digital da IstoÉ. Acesso em 20 de outubro de 2018.

Na edição de maio de 2005, Suplicy aparece diante a manchete: "Os tucanos acusam a ex-prefeita Marta Suplicy: IRRESPONSÁVEL. E, acredite, muitos petistas concordam". A exgovernante, que findara sua gestão como prefeita de São Paulo no ano anterior, aparece com uma vestimenta rosa clara, usa maquiagem, brincos e carrega uma expressão preocupada. O nome da revista, por sua vez, aparece em fonte vermelha, sobre a testa da protagonista. Enfatizase na lide o fato que até petistas concordam, como a dar credibilidade ao que está sendo dito. Se até apoiadores do partido que elegeu a ex-prefeita consideram-na irresponsável, a revista afirma uma verdade. Faz-se necessário observar o fato de que a primeira mulher inserida na política formal brasileira a ser retratada pela revista IstoÉ aparece exposta como incapaz, inconsequente. Manchete e lide insinuam que Suplicy não exerceu o cargo com competência, desqualificando seu fazer governamental. Na foto escolhida para compor a matéria, Marta

Suplicy aparece maquiada e trajada de rosa – cor ainda estigmatizada como feminina, ou seja, performando feminilidade, o que permite ao leitor uma interpretação que vincule a figura feminina como desqualificada para exercer o fazer político.

Essa aparição não foi abertura de portas para uma presença contínua de mulheres da política estampando a capa da IstoÉ. Moda, dietas, cirurgias plásticas, idade, corpo do verão, criação dos filhos, cosméticos, sexo, saúde e comportamento continuavam a ser as únicas temáticas cuja figura feminina aparecia enquanto protagonista. Em maioria esmagadora ilustrada por mulheres anônimas, muitas das capas a partir de 2005 nem contavam com a mulher retratada na íntegra: no caso de uma matéria sobre lipoaspiração, a barriga de uma jovem branca e magra aparece desnuda. Em uma matéria sobre câncer de mama, os seios da figura feminina ocupam quase toda a capa. É apenas em 2010 que mulheres públicas da política voltam a protagonizar capas da revista:

Figura 10 - Dilma e Marina

12/05/2010 nº2113

TASTED TAMES TO STATE OF THE PROPERTY OF THE

09/06/2010 nº2117



Fonte: plataforma digital da IstoÉ. Acesso em 20 de outubro de 2018.

As duas edições acima expostas, "Dilma por Dilma" e "Marina por Marina", foram veiculadas com menos de um mês de intervalo e dialogam de maneira harmônica: ambas parecem fazer parte de uma mesma tendência, até então inédita na revista, de apresentar as mulheres políticas de uma forma mais simpática e até mesmo atrativa. Ambas posam olhando para a câmera, estratégia discursiva que traz maior aproximação; aparecem vestindo trajes beges – cor neutra, assim como o branco escolhido para o título "IstoÉ" nas duas publicações;

e, com as mãos apoiando o rosto, contam cada uma com um discreto acessório, como se em uma forma sutil de demonstrar delicadeza. Descritas pelo primeiro nome, de forma a também causar certa proximidade, a manchete sugere que as próprias mulheres retratadas se apresentam nas matérias, como um autorretrato. Necessário observar o contexto político brasileiro nas quais foram feitas as publicações. No cenário pré-eleitoral de 2010, tanto Dilma Rousseff quanto Marina Silva disputavam a presidência, esta em terceiro lugar, logo após José Serra.

Uma nova publicação protagonizada por Rousseff foi produzida pela IstoÉ após sua eleição naquele ano. Sob a manchete "A mulher no poder", a presidente aparece novamente com o olhar direcionado ao público leitor, sob o título da revista grafado em branco, e um sorriso aberto.

Figura 11 - Dilma Rousseff sorridente

03/11/2010 nº1



Fonte: plataforma digital da IstoÉ. Acesso em 20 de outubro de 2018.

Essa aparição simpática, *clean* e jovial é a última em que Rousseff protagoniza a IstoÉ de uma forma que pode ser considerada positiva para sua imagem na política. Assim como na publicação anterior, a presidente aparece olhando diretamente para o público leitor, com o sorriso ainda mais aberto do que em sua primeira aparição, e as cores como o branco e o cinza se fazem presentes no que parece ser a construção de uma figura sólida, responsável e, portanto, confiável.

Tanto a capa de maio de 2010 quanto a de novembro do mesmo ano parecem colaborar para a construção da credibilidade da governante, o que muito se difere das capas publicadas a partir do segundo mandato da presidente.

Após a vitória de Rousseff na disputa presidenciável, a governante passou a protagonizar grande número de edições da revista, sendo, notavelmente, a principal figura pública feminina da esfera política que estampou as capas da IstoÉ entre 2010 e 2016. Ainda assim, entre 2011 e 2013, pareceu haver um grande hiato de representatividade feminina na política por parte da revista: durante esses três anos, nenhuma representante política brasileira estampou as capas da IstoÉ, nem mesmo a presidente, que exercia na época seu primeiro mandato. Durante esse período, a revista se limitou a estampar mulheres quando o conteúdo era relativo a comportamento, saúde ou beleza.

Após as publicações supracitadas, de 2010, Rousseff volta a aparecer como protagonista apenas em novembro de 2014, pouco tempo após sua reeleição e sob uma construção muito diferente das reportagens principais que tinha aparecido anteriormente. As publicações posteriores ao início do segundo mandato já sugerem a insatisfação que se instaurava no país. As capas protagonizadas pela governante trazem versões da personalidade que, progressivamente, tornam-se mais caricatas e agressivas:

Figura 12 - Ataques à presidenta

05/11/2014 n°2345





22/07/2015 nº2381



06/04/2016 n°2417



Fonte: plataforma digital da IstoÉ. Acesso em 20 de outubro de 2018.

Enquanto Rousseff a insatisfação acerca do governo Rousseff ainda não era parte da realidade de muitos brasileiros, a governante era retratada de maneira muito mais jovial e delicada, conforme mostram as capas anteriormente exemplificadas. No entanto, ao buscar um

retrato de insatisfação, a IstoÉ passou a enfatizar marcas de expressão e rugas, o que parece aproximá-la do estigma de "velha louca", que circunda muitas mulheres mais velhas. Esse exemplo reitera ainda o prazo de validade que é imposto à figura feminina que, quanto mais jovem e bonita, melhor é socialmente aceita.

4 MULHERES NA ISTOÉ

Preliminares

Por meio de cinco publicações da revista IstoÉ protagonizadas por mulheres durante o ano de 2018, o presente capítulo analisa a forma com as figuras femininas, em especial aquelas inseridas no âmbito político, são construídas e retratadas pela mídia impressa tradicional. Caberá investigar as nuances discursivas que ainda perpetuam a inequidade de gênero no fazer midiático, bem como verificar as diferentes formas que o machismo incide nas mulheres brasileiras, pois esse não é um fenômeno desvinculado de questões de raça e classe.

Para tanto, foram selecionados os seguintes exemplares:

- 1. A primeira revista selecionada para análise é também a primeira protagonizada por uma figura feminina no ano de 2018 (edição nº 2514, publicada em 23 de fevereiro de 2018). Trata da ilustração de uma mulher negra acompanhada da manchete "Nunca fomos tão fortes";
- 2. Também a edição nº 2517, de 16 de março de 2018, estampando na capa a então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia;
- 3. Em seguida, a edição de 11 de maio de 2018, nº 2525, sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco:
- 4. A edição nº 2539, de 17 de agosto de 2018, intitulada "O poder das mulheres nas eleições";
- 5. Por fim, a edição nº 2553, de 23 de novembro de 2018, "Os dois mundos de Michelle Bolsonaro", protagonizada pela esposa do atual presidente.

4.1 ANÁLISE I – NUNCA FOMOS TÃO FORTES

Figura 13 - Nunca fomos tão fortes



Fonte: Revista IstoÉ edição nº 2514, de 23 de fevereiro de 2018

2.1.1. Contexto sócio-histórico e as relações dialógicas

Apesar de as mulheres estarem conquistando espaço em vários âmbitos da sociedade ao longo dos anos e lutarem, continuamente, para a equidade de gênero, sabe-se que as condições de desigualdade não incidem da mesma maneira para todas as mulheres. Segundo o Atlas da Violência 2018, desenvolvido pelo Ipea e FBSP,

As categorias de gênero e raça são fundamentais para entender a violência letal contra a mulher, que é, em última instância, resultado da produção e reprodução da iniquidade que permeia a sociedade brasileira. Desagregando-se a população feminina pela variável raça/cor, confirma-se um fenômeno já amplamente conhecido: considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%.²

Sem que seja feito o recorte de cor, o estudo levanta que 4.645 mulheres foram assassinadas no Brasil em 2016, representando 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Os dados indicam um aumento total de 6,4%. Mesmo nas cidades com as menores taxas de homicídios de mulheres houve aumento. Com exceção da cidade de São Paulo, que apresentou uma queda de 40,4% nos assassinatos da década (2006 a 2016), Santa Catarina teve ascensão de 3,5%, enquanto, no Piauí, cidade também inclusa dentre aquelas com as taxas mais baixas, o aumento foi de 50%.

Ainda que a matéria selecionada para análise tenha sido publicada antes da divulgação desse estudo, alguns dados sobre violência contra a mulher foram publicados no corpo do texto *corpus* da presente análise, que apontam a mesma tendência crescente: a IstoÉ cita o Mapa da Violência 2015, que "mostra que a taxa de homicídios entre negras aumentou 54% entre 2003 e 2013. No mesmo período, a taxa entre brancas caiu 9,8%" (IstoÉ, 2018, p. 47). Mencionam, ainda, que a taxa das vítimas de agressão é sempre mais alta entre mulheres negras. Também segundo a reportagem: 58,86% das vítimas de violência domésticas são negras; 65,9% das vítimas de violência obstétrica são negras; 68,8% das mulheres mortas por agressão são negras. No entanto, a capa da revista que aponta para a reportagem principal, não parece acompanhar os dados e estatísticas expostos. Em sentido oposto, o texto transmite uma ideia de força e ascensão das mulheres.

Atlas da Violência 2018, disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf. Acesso em 21 de novembro de 2018.

A publicação apresenta uma releitura de um famoso pôster norte-americano, produzido por J. Howard Miller, em 1943, como propaganda estadunidense no cenário da Segunda Guerra Mundial. Originalmente, a obra visava estimular as trabalhadoras da empresa Westinghouse a produzirem armas, munições e suprimentos, trabalho esse que antes da guerra era feito por homens e, muitas vezes, completamente novo para as mulheres da época.



Figura 14 - We Can Do It!

Fonte: cartaz de J. Howard Mille, de 1943.

O pôster que era, de início, um estímulo à produção bélica institucional, foi redescoberto em 1980, e, a partir de então, amplamente difundido como símbolo do feminismo moderno, com releituras em diversos países. É o caso do *corpus* selecionado para análise, que faz alusão à obra, relacionando-a à luta da libertação feminina, em uma nova interpretação do símbolo. Essa mudança na leitura do cartaz se dá pelo fazer interpretativo dos leitores e o contexto sóciohistórico nos quais estão inseridos. Greimas, ao discorrer sobre semiótica visual e seus crivos de leitura, afirma:

[...] tem de se acrescentar que esse crivo é de natureza social, estando, portanto, sujeito ao relativismo cultural, tem-se de admitir que ele varia amplamente — mas não excessivamente — no tempo e no espaço. Nessas condições, sendo cada cultura dotada de uma "visão de mundo" que lhe é própria, ela impõe por isso mesmo condições variáveis ao reconhecimento dos objetos e, consequentemente, à identificação das figuras visuais como algo que "representa" os objetos do mundo, contentando-se frequentemente com esquematismos vagos, mas exigindo, por vezes, reprodução minuciosa dos detalhes "verídicos". (1984, p. 24).

Desta forma, a mesma figura que ora representou a inserção das mulheres no mercado bélico passou a ter, para os movimentos feministas, uma nova chave de leitura. Agora a mulher de braço flexionado, mangas arregaçadas e punhos cerrados simboliza, ao redor do mundo, a luta feminista. Esse fator permitiu que fossem elaboradas diversas releituras, tais como a presente estudada, o que traz um caráter interdiscursivo à publicação.

2.1.2. Plano do conteúdo

Faz-se necessário traçar, inicialmente, o percurso gerativo de significação. Tendo como ponto de partida para análise o nível narrativo, é necessário ter também como premissa o fato de que, para que haja narrativa, é preciso haver uma transformação, em outras palavras, uma sucessão de estados (BARROS, 2011). A capa da revista IstoÉ, *corpus* do presente estudo, apresenta a manchete "Nunca fomos tão fortes", um enunciado de estado que pressupõe enunciado(s) de ação.

Tais pressupostos de transformação levam a crer que as mulheres obtiveram os objetos de valores relativos à força, proporcionando-lhes o estado de conjunção entre sujeito e objeto (S² Λ Ov). Presume-se que, se fortes como nunca antes, as mulheres receberam as competências, do corpo social como um todo, para sê-lo: queriam, podiam e sabiam como ganhar força, assim, tais habilidades – valores modais adquiridos por meio de comunicação participativa.

Dessa forma, é traçado o percurso da ação sugerido pela manchete. Porém, quando relacionamos a capa da revista ao corpo do texto da matéria, percebe-se que se faz ainda mais presente o percurso da manipulação. O sujeito do enunciado (S¹) trabalha com um fazer-crer, atribuindo uma competência positiva às mulheres. Essa manipulação por sedução pode estar relacionada às questões de mercado supracitadas. Considerando a alta da temática de empoderamento no Brasil e no mundo, uma capa que coloca as mulheres em uma posição de força venderia mais do que uma capa sexista, por exemplo.

Outro fator que chama a atenção para análise e que pode estar diretamente relacionado às estratégias de manipulação selecionadas, é a desembreagem enunciativa utilizada, menos comum aos textos jornalísticos: é destacada pela manchete, que conta com a primeira pessoa do plural e a noção temporal de agora, como se as próprias mulheres fossem sujeito da enunciação, gerando o efeito de sentido de que há espaço de fala para a mulher na revista IstoÉ, reiterando, assim, sua força. A estratégia enunciativa é também destacada pelo texto não-verbal presente na capa. A mulher negra olha diretamente para frente, em contato direto com o leitor.

Ocupando grande parte da página, inclusive sobrepondo o nome da revista, a figura feminina escolhida reflete ainda mais as estratégias enunciativas actoriais, especiais e temporais, o que leva a análise ao âmbito da expressão.

2.1.3. Plano da expressão

Em textos como o estudado, os componentes do âmbito da expressão são parte constituinte da geração de sentido, tendo em vista que essa relevância possui ainda mais destaque quando se trata de sistemas semissimbólicos, como o presente caso. Desta forma, serão, a partir de agora, aprofundadas as relações entre esses dois planos para a produção da textualização. As pesquisas de Floch na área da semiótica visual ou plástica enfatizam as questões relativas ao Plano da Expressão, partindo do princípio de que esse não apenas exprime o conteúdo, como estabelece novas relações com o mesmo, quais sejam, as semissimbólicas. Segundo o autor:

Os sistemas semissimbólicos que se definem pela conformidade não entre os elementos isolados dos dois planos, mas entre categorias da expressão e categorias do conteúdo. [...] Do mesmo modo, muitos dos êxitos do discurso publicitário, visual e/ou textual, tem por fundamento semiótico a motivação dos signos que produz essa semi-simbolização. (FLOCH, 2001, p.29)

Assim, tendo sido esboçado o Plano de Conteúdo, cabe agora que seja atentado o Plano de Expressão, uma vez que, conforme explorado, este não apenas expressa o conteúdo, mas constrói novas relações com este enquanto geradores de sentido, de forma a criar, assim, as chamadas relações semissimbólicas (Floch, 2001).

Algumas particularidades dessa versão contemporânea da imagem histórica, bem como outros elementos da capa, chamam a atenção para a análise: a mulher aparece como se fizesse parte de um pôster ou história em quadrinhos, com aspecto de heroína. Esse aspecto é ressaltado pelo grande contraste entre as cores, a alta saturação das mesmas, bem como o posicionamento da protagonista na capa e o plano de fundo ascendente que acompanha a imagem.

De imediato, percebe-se a cor vermelha, cor que é, historicamente, representativa da esquerda e do comunismo (Guimarães, 2003). Outro símbolo que chama a atenção para análise é o de Vênus. Colocado como "O" do título "IstoÉ", é um símbolo astrológico para o planeta Vênus, sendo também associado à deusa da mitologia grega que leva o mesmo nome. Esse é outro símbolo universal da luta feminista, incorporado pela revista, de forma a contribuir para a construção de um sujeito enunciativo empoderador, de uma mulher forte.

Esses dois fatores combinados, bem como os demais elementos da capa que serão posteriormente esmiuçados, podem indicar o fato de que questões acerca de direitos humanos

e equidade de gênero ainda parecem ser vistas como pautas exclusivas da esquerda. Movimentos que combatem a violência contra a mulher, sua inserção no mercado de trabalho, direitos relacionados à maternidade, dentre outros fatores, não parecem ser preocupações de todos os cidadãos brasileiros, mas de determinadas vertentes políticas. A socióloga portuguesa Manuela Tavares, ativista feminista e fundadora da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), afirmou em entrevista, ainda em 2011, a importância de uma sociedade realizar, justamente, o caminho contrário, de forma a colaborar para a expansão do feminismo para além dos âmbitos da esquerda intelectual ou de ativistas ligadas a movimentos específicos³.

Conforme mencionado no início desta seção, também são geradoras de sentido relações simbólicas e semissimbólicas presentes no texto. Logo, serão estudados aspectos cromáticos, eidéticos e topológicos da publicação, objetivando chegar aos efeitos de sentido produzidos e a sua relação com o conteúdo da matéria de capa.

2.1.4. Relações simbólicas e semissimbólicas

A figurativização da força feminina aparece enfática na publicação. No que diz respeito a características topológicas, faz-se visível que o desenho da mulher negra sobrepõe parte do título da revista, faz-se em primeiro plano, ultrapassando até mesmo a linha de contorno inferior. Posicionada de lado, porém com o resto direcionado ao leitor, encontra-se centralizado um de seus punhos fechados.

Em contraponto à essa centralidade e, logo, exaltação da força, há no campo periférico matérias de temáticas quase opostas àquela que protagoniza a edição: à esquerda superior, agora em fundo branco, lê-se em letras pequenas: "O jogo arriscado de Temer: quem são os novos protagonistas do governo que não eliminou privilégios e agora aposta no combate à violência.". Já ao lado direito, na mesma diagramação "Intervenção no Rio: o que mudou na vida dos cariocas e de quem está na linha de frente do confronto com os criminosos.".

Faz-se, então, a primeira relação semissimbólica notada na análise (*central vs. periférico/liberdade vs. opressão*). No texto, elementos que poderiam remeter à opressão, como a intervenção militar no Rio de Janeiro e a "aposta no combate à violência" de Temer, encontram-se nas extremidades da página, enquanto os elementos supracitados que indicam força, como o punho fechado em destaque, encontram-se em diagramação central.

³ Disponível em "O novo feminismo": https://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-09-25-O-novo-feminismo#gs.HIO2Vl8, acesso em 21 de outubro de 2018.

Ainda desenvolvendo observações topológicas, faz-se interessante analisar que, enquanto a figura feminina aparece posicionada à esquerda, todo o texto verbal se encontra à direita da página, de maneira que é ainda mais destacada a posição simbólica dos braços da personagem.

Também é possível relacionar aspectos de *fragilidade vs. força* à oposição eidética *reto vs. curvo*. O braço da mulher, dobrado quase em ângulo reto, os traços que incidem sobre o punho fechado, bem como a fonte selecionada para o texto da própria manchete, entram em oposição aos traços mais arredondados, presentes no cabelo, rosto e roupas da figura. Interessante observar que o próprio símbolo de Vênus apresenta essa oposição eidética (*reto vs. curvo*). Esses aspectos também permitem que seja levantada uma outra oposição de conteúdo: *feminilidade vs. masculinidade*.

As linhas centrais, que parecem incidir do punho fechado da mulher, contam em si com essa oposição eidética: apesar de serem traços retos, é formada por seu conjunto uma imagem redonda, que parece iluminar e focalizar, ainda mais, essa parte central, como se fosse um holofote.

No que tange o âmbito cromático, há cores quentes sugerindo aproximação, bem como oposições de cor entre o vermelho e o bege. Dentre as oposições do Plano da Expressão, fizeram-se notáveis algumas oposições: *saturado vs. não saturado*; *tons intensos vs. tons pasteis*; e *escuro vs. claro*. Importante destacar que nem todas essas oposições estabelecem relações semissimbólicas com o Plano de Conteúdo. No entanto, o bege incidente no centro, do mesmo tom do rosto da figura, do título "IstoÉ" e da manchete, parece sugerir a ascensão da força feminina, enquanto os tons mais escuros, como o vermelho e o preto, parecem enfatizar a conotação mais combativa da luta pela equidade de gênero.

Apesar de trazer ampla conotação de empoderamento na capa, o corpo do texto da matéria reflete dados preocupantes e crescentes, que condizem com os apresentados na Introdução deste trabalho, realizados posteriormente à publicação estudada. Segundo a edição estudada:

O Mapa da Violência 2015 mostra que a taxa de homicídios entre negras aumentou 54,2% entre 2003 e 2013. No mesmo período, a taxa entre brancas caiu em 9,8%. Além disso, é o perfil social com os maiores índices de desemprego: 17,4% contra 11,6% da média feminina com ensino médio. Resistência do mercado de trabalho e violência constante são realidades também para transexuais e travestis, em um País com as mais altas taxas de assassinatos desse grupo no mundo. Em 2016, aconteceu uma morte a cada dois dias. (IstoÉ, nº 2514, 2018).

Assim, pode ser considerada uma quebra de isotopia quando se observa a capa e o corpo da matéria como narrativa contínua, o que provoca certa incongruência no texto. A matéria, que enfatiza a organização das mulheres que denunciaram homens poderosos ao redor do mundo, disserta sobre *hashtags* e poder da Internet. Apesar de ter notória importância em relação aos

passos em direção da equidade de gênero, mas se fazem imprescindíveis recortes de cor e classe, tendo em vista que a desigualdade não incide de maneira igual sobre todas as mulheres brasileiras, bem como as estatísticas apresentadas pela própria reportagem.

Por isso se faz tão marcante a incongruência, o que faz levantar a questão dos porquês que levaram a marca a colocar a mulher negra em uma posição de força, ao lado da manchete "Nunca fomos tão fortes", em um contexto atual brasileiro que, de certo, não condiz com o que é informado na capa. Esse fator levanta questionamentos acerca da apropriação capitalista acerca dos discursos das minorias, não necessariamente em prol à luta pela equidade e direitos humanos, mas, conforme dito, por questões de mercado.

2.1.5. Discussão

A reportagem estudada, veiculada em fevereiro de 2018, parece ter sido impulsionada pelo movimento "Me Too", que é longamente explorado no corpo da matéria. De origem norte-americana, a mobilização surgiu no final de 2017, quando a atriz Alyssa Milano trouxe a público crimes de assédio cometidos pelo produtor hollywoodiano Harvey Weinstein. Após essa iniciativa, mais de vinte mulheres denunciaram-no por assédio ou estupro. O caso teve impacto mundial e mobilizou milhares de outras mulheres, em especial da área de televisão e cinema, que denunciaram vivências semelhantes.

O corpo da reportagem é iniciado com a frase que estampa a manchete da capa: nunca fomos tão fortes. De fato, a matéria registra não apenas o movimento "Me Too", tema principal da matéria, mas também aborda como essa rede de mulheres tem se consolidado no Brasil, com campanhas como o "Não é não", presente no carnaval brasileiro há alguns anos. É certo que houve avanço considerável desses movimentos feministas no Brasil e no mundo e faz-se de extrema relevância que esses sejam retratados e difundidos pela mídia.

No entanto, conforme investigado, o texto aponta um cenário crescente de exclusão e violência para com mulheres negras, enquanto a taxa de violência entre brancas diminuiu. Cabe, então, ponderar se esses movimentos ascenderam no país como uma forma de resistência que se fez ainda mais necessária diante do atual cenário brasileiro de retrocessos, principalmente relativos aos direitos humanos.

É certo que os movimentos feministas podem e devem ser veiculados pela mídia tradicional. Porém, há nítida incongruência entre o corpo da reportagem e a capa desenvolvida para estampá-la. Ser uma brasileira anônima no Brasil, como a mulher negra ilustrada na capa, representa opressões diferentes daquelas vividas por uma atriz hollywoodiana. É necessário que

a informação seja transmitida a partir de fundamentos mais tangíveis à realidade das mulheres brasileiras.

Na mesma publicação em que aparece uma figura de uma negra empoderada, há nas extremidades da capa conteúdo sobre as medidas contra a violência de Temer que, conforme exposto pela manchete, "não eliminou privilégios", bem como é informada a intervenção militar do Rio de Janeiro, estampada pela foto de um homem negro sendo abordado por um membro do exército. Faz-se interessante observar, ainda, que a publicação foi veiculada cerca de um mês antes do assassinato da vereadora Marielle Franco, crime político contra uma mulher negra, lésbica e da periferia carioca, representante de outras milhares de mulheres que compõem essa minoria estrutural e que foram diretamente afetadas pelo governo de privilégios exercido por Temer e também pela intervenção militar.

É claro que representatividade midiática é importante e necessária. No entanto, esta não pode ser falaciosa, o fazer jornalístico inconsistente não colabora para a equidade de gênero e de raça, podendo até mesmo ser um obstáculo para tanto, em especial, quando coloca informações que não condizem com a realidade da maioria das brasileiras, principalmente as negras, como a representada pela capa; o efeito de sentido que a publicação transmite é de que os direitos almejados pelas mulheres foram alcançados quando, no corpo do texto, o que se percebe é um sério contexto de violência crescente e retrocessos em relação a direitos de brasileiras negras.

Figura 15 - Carmen Lucia



Fonte: Revista IstoÉ edição nº 2517, de 16 de março de 2018

2.2.1. Contexto sócio-histórico e as relações dialógicas

Pouco menos de um mês após a publicação da reportagem "Nunca fomos tão fortes", novos elementos foram trazidos ao horizonte social brasileiro, da mesma forma que alguns outros foram retomados. Assim, nota-se uma mudança significativa da postura otimista que trazia a capa da primeira análise.

A presente reportagem de capa, protagonizada pela então presidente do Supremo Tribunal Federal, traz como principal temática a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva cuja condenação, na época, havia sido determinada em segunda instância pelo Tribubal Regional Federal da 4ª Região, em 24 de janeiro de 2018. Intitulada "Os desabafos de Carmen Lucia", a reportagem traz na capa o rosto da então presidente do Supremo, acompanhado de citações diretas da ministra. Destaca-se, em letras garrafais, a frase "Nunca o STF esteve tão tenso". O texto da matéria discorre sobre a pressão que o STF estaria sofrendo após a condenação de Lula em segunda instância.

Esse tema já havia sido abordado pela IstoÉ em fevereiro daquele ano, em matéria intitulada "O novo tom da justiça", publicada pouco tempo após a condenação, em que Carmen Lucia aparece acompanhada dos outros ministros, em postura heroica. Percebe-se forte dialogismo entre as duas capas, portanto, ambas são observadas no presente estudo, a fim de levantar suas relações dialógicas, tanto entre si, quanto em relação a outros textos:



Figura 16 - O novo tom da justiça

Fonte: Revista IstoÉ edição nº 2511, de 02 de fevereiro de 2018

A imagem do grupo na capa de fevereiro parece remeter a filmes de super-herois, como o "Liga da Justiça":



Figura 17 - Liga da justiça

Fonte: Imagem promocional do filme "Liga da Justiça", de 2017.

A capa do filme dialoga com o texto da IstoÉ não apenas por meio das imagens, em que os grupos aparecem arranjados de maneira muito semelhante, como por meio dos textos verbais propostos: a escolha lexical da reportagem traz a palavra "justiça", que também compõe o título do filme; da mesma maneira, a fonte empregada no título da publicação se assemelha à do nome da produção cinematográfica. Assim, a capa parece empregar aos ministros do STF uma postura heroica em relação à condenação de Lula.

A lide que acompanha a capa reitera esse posicionamento: "Liderado pela presidente Carmen Lucia, o Supremo não se dobra às pressões, descarta rever prisão após condenação em 2ª instância e indica um novo padrão no Judiciário, em que alterações na lei para se ajustar às conveniências de quem quer que seja não serão toleradas.".

A primeira publicação traz todo o grupo de ministros, que aparecem liderados por Carmen Lucia, trajando capa, à frente de seus companheiros. O traje é estipulado pelo Regimento Interno do STF⁴, que dispõe que os ministros usem a peça em sessões ordinárias ou

-

⁴ Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, Art. 16, Parágrafo único: "Receberão o tratamento de Excelência, conservando o título e as honras correspondentes, mesmo após a aposentadoria, e usarão vestes talares, nas sessões solenes, e capas, nas sessões ordinárias ou extraordinárias.".

extraordinárias. É uma medida simbólica, que provoca um efeito de sentido de autoridade e de caráter imparcial desses profissionais. O adereço também reitera a relação dialógica com superherois, sendo mais um elemento que contribui para construção de uma imagem de que os ministros, sob a presidência de Carmen Lucia, exerciam a função de salvadores, justiceiros – palavra que também aparece na manchete.

Ambas protagonizadas pela ministra, as publicações de fevereiro e de março dispõem de diversos elementos dialógicos, como escolhas cromáticas similares, mesma temática central e algumas escolhas lexicais convergentes. No entanto, enquanto na publicação mais antiga a ministra aparece amparada por seus colegas, trajando capa, sobre dizeres como "o Supremo não se dobra às pressões", na publicação de março, Carmen Lucia protagoniza a reportagem sozinha, sem as vestes talares, com feição preocupada e marcas de expressão em destaque, ao lado dos dizeres sobre a tensão nunca antes vista no STF.

Cabe observar assim, elementos sociais que incidem e se fazem presentes no discurso da IstoÉ, ainda que de maneira minuciosa, tendo em vista que, quando o contexto próximo à publicação era de maior confiança e firmeza sobre o tema – condenação em segunda instância do ex-presidente Lula, a então presidente do STF aparece na reportagem de capa em uma perspectiva exaltada, como quem comanda um time, sendo apoiada e resguardada pelos demais ministros – um grupo majoritariamente masculino. Por outro lado, quando aparecem no horizonte social questões mais tensas, que questionam o posicionamento da equipe do STF, Carmen Lucia protagoniza a reportagem sozinha, com feição preocupada, ao lado de frases estampadas com seus ditos "desabafos".

Destaca-se, ainda, o fato de que o assassinato de Marielle Franco, ocorrido dois dias antes da publicação de março, ocupa um espaço secundário na capa, o que parece sugerir que o acontecimento ainda não havia tido a repercussão social necessária para que se tornasse uma reportagem principal da revista. A morte da vereadora foi veiculada como matéria de capa da IstoÉ apenas no mês de maio, reportagem *corpus* da próxima análise.

Considerando haver duas publicações protagonizadas por Carmen Lucia no ano de 2018 num intervalo curto de tempo, bem como pelas duas revistas tratarem de temas e figuras muito semelhantes, já trabalhados em seu nível dialógico, apenas a publicação mais recente traz aprofundamento semiótico.

2.2.2. Plano do conteúdo

A partir do enunciado de estado "Nunca o STF esteve tão tenso", faz-se necessário estudar, em primeiro momento, as estruturas narrativas que compõem o percurso de geração de

sentido. Partindo do nível narrativo, percebe-se o estado de disjunção entre sujeito e objeto de valor (**S**² **V Ov**), o que presume que houve uma transformação: se antes da ação (a condenação em segunda instância de Lula), implícita a este enunciado principal, o STF estava em conjunção com objetos de valor positivos como tranquilidade e quietude, após a performance realizada, que é apenas sugerida no presente enunciado, atingiu-se o estado de disjunção.

Sabe-se, a partir do programa de competência, que o Supremo *sabia* e *podia* realizar a condenação. Considerando o caráter polêmico da credibilidade da sentença, que é ainda hoje discutida, cabe discutir se o STF, de fato, *devia* realizar a ação, em conformidade legal ou, se, por outros interesses, *queria* realizá-la.

Assim como a etapa da ação, a de manipulação também é apenas pressuposta no enunciado. Nesse sentido, caberia refletir os motivos político-sociais que levaram o STF (S²) a decidir pela condenação em segunda instância.

Ganha ênfase explícita na capa estudada a etapa da sanção: parece ter havido uma sanção cognitiva em relação ao posicionamento do Supremo, enfatizada não apenas pela manchete, como pelas justificativas presentes nas demais citações diretas da ministra. Em suas outras sentenças selecionadas para compor a capa, lê-se: "Para mim, as alegações de Lula ou as de qualquer outro preso que condenei são a mesma coisa"; e "Fim da prisão em 2ª instância seria retrocesso de 50 anos no combate à corrupção".

Carmen Lucia, nos dizeres da capa, parece tentar justificar a credibilidade da ação, o que pode ter sido originado a partir de questionamentos, ou mesmo "pressões", como cita a capa de fevereiro, provavelmente por parte daqueles que acreditavam na inconstitucionalidade ou deslegitimidade da condenação. A publicação, em si, parece ter sido uma resposta às sanções sociais que se fizeram presentes após a decisão do STF. Se Lula teve, por meio de sua condenação, uma sanção pragmática, a postura do Supremo, por meio de interpretação social, gerou a sanção cognitiva destacada na publicação.

Em relação ao nível discursivo, é importante retomar o fato de que, no texto estudado, o STF aparece figurativizado apenas por Carmen Lucia, que aparece com feição preocupada; desta forma, o efeito de sentido gerado é de que a ministra estaria recebendo a sanção sozinha.

No tocante à desembreagem utilizada, predomina a estratégia enunciativa – tanto pelo texto verbal quanto pelo não verbal. Assim, com citações diretas em primeira pessoa e, com o olhar direcionado para câmera, a figura da protagonista é aproximada do leitor, trazendo, além da proximidade característica, o papel de confidencialidade; no texto, o público-alvo parece fazer o papel de confidente da ministra, para quem ela faz os ditos "desabafos". Tal escolha

lexical para ter relação com o fato de a capa ser estampada por uma mulher, dentro de uma comum lógica sexista na qual homens não desabafam, mulheres sim.

Desta forma, o efeito de sentido de verdade não é transmitido pelo distanciamento usual do fazer jornalístico, mas sim pela pessoalidade do discurso proposto. De qualquer forma, cabe ponderar, em relação ao jogo entre o *ser* e o *parecer*, se a sentença principal da capa transmite, de fato, uma verdade compartilhada com os leitores (o STF parece e está tenso como nunca antes) ou, ao contrário, uma mentira (parece, mas não está).

Por fim, em nível fundamental, ao observar as oposições semânticas que constituem e sustentam o texto, destaca-se, em primeiro momento, *opressão vs. liberdade*, pois, além da temática, em nível discursivo, tratar da condenação de Lula, e, portanto, estar relacionada à não-liberdade, a sanção cognitiva, destacada no nível narrativo, também pode ser interpretada como uma coerção à iniciativa tomada pelo STF.

Considerando ter sido realizada a performance, destaca-se a liberdade ou, em outras palavras, o poder decisório do Supremo. Nesse sentido, também pode ser levantada a oposição *justiça vs. injustiça*.

Essas oposições também ocorrem na matéria sobre o assassinato de Marielle. Apesar de o texto sobre a vereadora também manifestar a forte contraposição entre *vida vs. morte*, do mesmo modo há a presença de *liberdade vs. opressão*, considerando ter se tratado de um crime político, relacionado à violência contra minorias. Lide e manchete dessa matéria reforçam essa oposição: "não vai ter luto, vai ter luta: consternada com a execução da vereadora, a população ocupa as ruas clamando pelos direitos de minorias e o fim da violência policial". O crime pode, ainda, ser considerado uma injustiça.

2.2.3. Plano da expressão

Em relação aos elementos visuais que caracterizam a capa, chama atenção para análise, em primeiro momento, a marcante oposição cromática entre *claro vs. escuro*. O primeiro é representado por elementos em branco e amarelo, como a manchete, o título da revista e o rosto de Carmen Lucia, enquanto o segundo aparece destacado por tons de azul escuro e preto, como o fundo da publicação e parte das vestes da ministra.

Também se faz presente a cor cinza, representada principalmente pelos cabelos da então presidente do STF. O cabelo grisalho, em diferentes tons, contrapõe-se às cores puras que aparecem em elementos como no título da revista e mesmo nas vestimentas; assim, parece se fazer visível mais uma oposição cromática, essa entre *mesclado vs. puro*.

A ministra veste um blazer preto que sobrepõe e contorna uma blusa branca, que aparece apenas no centro de sua figura; o fundo da capa, por sua vez, é inteiro escuro, mas tem seu centro azul marinho e as bordas pretas. Aqui parece haver uma intersecção entre oposições cromáticas (claro vs. escuro) e topológicos (central vs. periférico): enquanto o centro aparece com cores mais claras, elementos periféricos aparecem com tons mais escuros. Assim, parece haver uma relação entre claro e central vs. escuro e periférico.

As cores escolhidas para compor a identidade visual da reportagem de capa trazem principalmente tons frios como o azul-marinho. Há forte presença de elementos como branco, preto e cinza. Em contrapartida, destaca-se a figura de Marielle, que aparece no canto superior direito da capa, trajando vestes de um vermelho mesclado; seu nome também aparece grafado em vermelho.

Completamente separada do restante da diagramação, pouco acompanhando o conjunto visual da reportagem principal, a figura da vereadora acompanha a notícia em que a IstoÉ veicula, pela primeira vez, matéria relativa a seu assassinato.

2.2.4. Relações simbólicas e semissimbólicas

A partir das oposições cromáticas e topológicas levantadas, é possível traçar uma relação entre elas e as contraposições semânticas propostas no nível fundamental da análise do Plano de Conteúdo.

Elementos do campo da expressão como *claro*, *puro* e *central*, presentes em menor frequência do que seus opostos, parecem estar veiculados a valores eufóricos do campo semântico, como a *justiça* e a *liberdade*. Por outro lado, *tons escuros* e *tons mesclados*, bem como elementos *periféricos*, parecem estar relacionados a valores disfóricos como *opressão* e *injustiça*.

No tocante à produção de sentido, o que mais chama a atenção são as relações semissimbólicas construídas pelos aspectos cromáticos: a predominância de tons escuros aproxima o leitor da esfera tensa que, segundo a reportagem, circundava o STF. Na notícia sobre Marielle, a vereadora aparece sobre plano de fundo branco, trajando tons mesclados de vermelho, o que reitera a relação entre elementos do campo da expressão como *claro* e *puro* com *justiça* e *liberdade vs. escuro* e *mesclado* com opressão e injustiça. Nesse caso, o *escuro* e o *mesclado* também dialogam com o elemento semântico *morte*, enquanto *claro* e *puro* relacionam-se ao valor *vida*, em disjunção no texto.

Nesta publicação, podem ser levantadas algumas hipóteses em relação à simbologia do vermelho que compõe as vestes e a grafia do nome de Marielle Franco: em primeiro momento, o efeito de sentido é de alerta; a cor também pode remeter ao fato de a vereadora ter sido de um partido de esquerda, o que também é um símbolo historicamente consolidado; por fim, a cor pode remeter à violência sofrida pela parlamentar.

2.2.5. Discussão

O que mais chama atenção na reportagem estudada, num primeiro momento, é o fato de Carmen Lucia figurativizar o STF sozinha, recebendo em nome de todo o Supremo a sanção social expressa pela capa, ao contrário do mês anterior, quando, em um cenário mais favorável, todos os ministros apareciam na reportagem. Cabe refletir, assim, o porquê de a ministra aparecer acompanhada de seus colegas quando o cenário não era polêmico e, por sua vez, sozinha quando é recebida uma sanção negativa.

Mesmo o teor de desabafo de Carmen Lucia, reiterado pelas escolhas lexicais em terceira pessoa e pelas citações selecionadas para compor a capa, pode ter relação com o sistema de sexo/gênero; talvez a composição da reportagem não se realizasse com essa conotação se o presidente do STF fosse um homem.

Destaca-se a sanção cognitiva recebida, que parece ser dada a partir de algo indefinido ainda no programa narrativo de competência: se o STF, tendo os valores modais para realizar a ação, *devia* prender Lula, ou, se por interesses políticos, *queria* fazê-lo. A ministra, por meio das citações de capa, tenta defender a legitimidade da condenação enquanto combate à corrupção (ou o dever-fazer, em conformidade com a lei). Em contrapartida, aqueles que defendem a liberdade do ex-presidente defendem que houve um querer-fazer, tendo em vista que condená-lo o impossibilitaria de concorrer às eleições presidenciais de 2018.

Por fim, é necessário reiterar, ainda, que, apesar de o assassinato de Marielle ter sido um crime político de ampla repercussão em âmbito nacional, uma reportagem de capa sobre a condenação em segunda instância de Lula pareceu ter mais relevância para o horizonte social da IstoÉ, ainda que uma publicação muito semelhante tivesse sido publicada no mês anterior.

4.3 ANÁLISE III – MARIELLE FRANCO

Figura 18 - Marielle Franco



Fonte: Revista IstoÉ edição nº 2525, de 11 de maio de 2018

2.3.1. Contexto sócio-histórico e as relações dialógicas

A socióloga brasileira Marielle Franco, nascida e criada no complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, atuava como vereadora da cidade pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), tendo sido a quinta política mais votada na disputa pelo cargo em 2016. Exercia militância ativa pela equidade de gênero, redução das desigualdades e enfatizava a luta de grupos sociais mais vulneráveis, ainda tão sub-representados pela política formal brasileira, como negros, mulheres e LGBTs.

Na noite de seu assassinato, dia 14 de março de 2018, a vereadora havia participado de uma roda de conversa na Casa Das Pretas, espaço de acolhimento e troca de experiências entre mulheres negras cariocas. Suas últimas postagens em redes sociais foram sobre o abuso de poder e a violência policial do 41° Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, responsável pela morte de 567 cidadãos desde 2011, quando os dados acerca do batalhão começaram a ser computados. Em janeiro de 2018, 41% das mortes violentas na região contemplada pelo 41° BPM, foram de autoria dos próprios policiais⁵. Todas as pistas da execução da vereadora levam a crer que foi um crime político.

Muitos foram os atos de mobilização social e expressões artísticas que manifestaram e ainda reverberam a vida de Marielle Franco em todo o país. Cerca de uma semana após seu assassinato, uma escadaria localizada em uma rua do bairro de Pinheiros, em São Paulo, recebeu uma homenagem à vereadora em forma de lambe-lambe⁶.

Rodeado de cartazes em relação ao ocorrido, bem como de pichações que já preenchiam o local, o retrato da parlamentar aparece em preto e branco, ocupando grande parte do cenário:

⁶ Disponível em "Escadaria de Pinheiros ganha retrato gigante em homenagem a Marielle", https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/escadaria-de-pinheiros-ganha-retrato-gigante-em-homenagem-a-marielle.ghtml, acesso em 20 de outubro de 2019.

_

⁵ Disponível em "Batalhão da PM denunciado por Marielle é o que mais mata no Rio", https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/batalhao-da-pm-denunciado-por-marielle-e-o-que-mais-mata-no-rio.shtml, acesso em 18 de outubro de 2018.



Figura 19 - Escadaria Marielle Franco

Foto de Paula Paiva Paulo disponível em G1

Na escadaria, a imagem de Marielle aparece sob a frase "vai ter luta", colada em um lambe alguns andares acima; algumas outras sentenças aparecem ao redor da foto, como: "o crime de quem legisla é a lei" e "impunidade veste farda". Também próximos à fotografia, dois trechos grafados em branco em cartazes roxos, apresentam um formato poético que se diferencia das demais manifestações verbais. Dentre eles, o texto abaixo:



Figura 20 - Detalhe da escadaria Marielle Franco

Foto de Paula Paiva Paulo disponível em G1

O trecho acima deixa claro o objetivo da homenagem "pra se inspirar, pra se mexer, pra não esquecer". Na outra escrita, similar à essa, lê-se: "Mulher gigante, mulherão que morreu lutando, enquanto você fica aí, reclamando e repetindo o que diz a televisão". É notório o caráter político da manifestação artística. O tributo traz mensagens de luta, representatividade e resistência a um sistema dominante opressor, inclusive com mensagens que implicam de maneira direta o envolvimento do Estado no assassinato da vereadora.

Percebe-se que a imagem de Marielle Franco selecionada para estampar a reportagem de capa da IstoÉ é uma foto dessa escadaria; a matéria, publicada dois meses após o ocorrido, apresenta uma versão já danificada da homenagem, possivelmente pelo tempo, ou, ainda, por intervenções posteriores. Essa imagem selecionada para a publicação, em que o retrato da parlamentar aparece manchado, aparenta dialogar com outras manifestações artísticas independentes de São Paulo, que também tiveram interferências subsequentes ao tributo inicial.

A título de exemplo, o lambe-lambe abaixo, feito em homenagem à vereadora na Rua da Consolação, no centro da cidade, pouco tempo após sua criação teve tinta vermelha jogada sobre o rosto de Marielle.



Figura 21 - Tributo Marielle Franco, Consolação

Foto da autora (outubro de 2019).

Da mesma maneira em que se encontra a foto da IstoÉ, nesse retrato, a vereadora assassinada também aparece com o rosto obstruído por tinta. Considerando serem

manifestações anônimas e de aberta interpretação, não é possível determinar se a tinta jogada sobre o rosto de Marielle nas duas imagens fazem parte de uma denúncia contra a violência sofrida ou se, em um ato de violência simbólica, corroboram com a mesma.

2.3.2. Plano do conteúdo

A capa estudada traz a seguinte manchete abaixo da fotografia da vereadora: "Quem são os acusados e o que pode estar por trás da morte de Marielle", em seguida, a lide completa: "O cerco se fecha, surgem os possíveis autores do assassinato e a polícia reconstitui o crime para comprovar as suspeitas". Usa-se, no texto verbal, a desembreagem enunciva, que oculta o actante e coloca a questão em terceira pessoa, produzindo um efeito de verdade objetiva no discurso, de uma fala racional, inteligível e, portanto, verossímil.

É importante destacar que a reportagem foi veiculada no dia seguinte da reconstituição do crime, realizada dia 10 de maio de 2018. Na época, era recente o depoimento de uma testemunha que incriminava um ex-Policial Militar e um vereador; com muitas especulações sobre o envolvimento da milícia, a reportagem traz um descritivo da reconstituição, bem como detalhamento sobre os então suspeitos.

É válido ressaltar que grande parte do caráter polêmico desta narrativa dá-se justamente pelo fato de os acusados não serem expostos na capa. De qualquer forma, sabe-se que estes sujeitos de fazer (S¹) adquiriram valores modais para a realização da ação. Assim, considerando o programa narrativo de competência, conclui-se que quem assassinou Marielle recebeu recursos para isso. Portanto, os assassinos sabiam, podiam e, partindo do princípio de que foi uma morte encomendada, deviam fazê-lo.

Portanto, a sanção negativa recebida por Marielle, seu assassinato, pressupõe uma ação anterior, a de que alguém a matou, e, ainda anterior a esta, presume-se uma manipulação para que o crime corresse. Este desencadeamento de mudanças de estado, visto a partir de relações de pressuposições, permite chegar ao esquema canônico de narratividade.

É importante considerar que a morte de Marielle pouco teve de casualidade e muito de premeditado. Quem matou a vereadora, o fez a mando de alguém – uma execução. Assim, o percurso narrativo do texto analisado começa muito antes do explicitado pelo enunciado. A narrativa parte de um Destinador, pressuposto, que manipulou Destinatário(s) para a realização do crime. O Percurso da Manipulação (fazer-fazer), portanto, permite algumas possibilidades de análise:

Em primeira hipótese, é possível que, por meio de intimidação, o mandante do crime tenha utilizado de seu poder de maneira impositiva ou até ameaçadora para realizar a persuasão. Assim, pode ter imposto ao Destinatário a crença de um dever-fazer, caso contrário, seria lhe atribuída uma punição, um objeto de valor negativo.

Outra alternativa é que tenha havido um fazer persuasivo por meio de tentação, podendo ter sido atribuída ao assassino uma quantia significativa de dinheiro, um aumento em seu cargo de trabalho, ou qualquer outro objeto de valor com atribuição positiva para o Destinatário. Em ambos os casos, trata de uma manipulação gerada a partir do poder.

Esses procedimentos transformam o sujeito manipulado em um sujeito virtual, que passa a dever-fazer (por intimidação) ou querer-fazer (por meio de tentação) e, assim, é alcançado o Percurso da Ação. Depois de lhe atribuídas as devidas competências (valores modais como a vontade ou o dever), S¹ assume a posição de sujeito atual, pois sabe-fazer e pode-fazer. Ou seja, tem os recursos e os saberes necessários para que realize a ação, qual seja, a execução de Marielle. Então, S¹, agora, efetiva a ação – a performance (fazer-ser), tornando-se sujeito real.

Cabe enfatizar que os sujeitos não estão desconectados, não atuam de maneira autônoma e independente. Greimas (1993) explica que a análise semiótica não deve ser feita de maneira desconecta (como propõe a linguística tradicional saussuriana ao opor o sujeito virtual ao atual, por exemplo). Ao contrário, é de uma interação ordenada, também regida por fatores extratextuais e pressupostos ao texto, que a produção de sentido é gerada. Todo o percurso da ação, desde o sujeito em potencial, do querer-fazer ou dever-fazer até o sujeito real, é realizado por uma sucessão fatores que, por meio de uma interação ordenada, realizam a semiose.

Por fim, tratando-se do Percurso da Sanção, faz-se claro que Marielle (S²) foi sancionada negativamente por seu assassino (S¹), que, como punição, tirou-lhe a vida. Pensando ainda em pressupostos, o próprio criminoso pode ter sido recompensado pelo(s) mandante(s) ou punido caso não cometesse o assassinato.

Em um segundo momento, é possível também perceber uma provável sanção social, em destaque na capa estudada. Os então suspeitos tiveram a sanção cognitiva de serem culpados pelo crime, seguida da sanção pragmática, qual seja, a própria acusação. É essa etapa de sanção que parece ter mais ênfase na capa analisada.

Após percorrer o trajeto da narrativa em seus níveis narrativo e discursivo, é oportuno determinar seu nível fundamental, ou seja, seu significado mínimo. A oposição entre dois termos que constrói a estrutura para toda a geração de sentido. No cartaz objeto de estudo, em seu nível essencial, evidencia-se a oposição entre vida e morte. Num segundo momento, também pode ser destacada a oposição *opressão vs. liberdade*.

2.3.3. Plano da expressão

Assim como na análise anterior, é relevante a oposição entre claro e escuro. No entanto, ao contrário da publicação sobre Carmen Lucia, nesta se faz presente um forte tom de vermelho.

Apesar de Marielle Franco ter o olhar direcionado ao leitor da publicação, gerando o efeito de sentido de proximidade característico da desembreagem enunciativa (trabalhada no Plano do Conteúdo), o fato de a imagem aparecer relativamente distante, no centro de um fundo preto, parece trazer efeito semelhante ao de um filme em uma sala de cinema, o que remete ao distanciamento característico de uma história de ficção.

É importante destacar, ainda, que a imagem já rasurada do retrato da escadaria não aparece acompanhada das frases de caráter político que compunham a homenagem inicial. Em tons mais escuros, a foto é completada por uma diagramação inteira em preto e vermelho.

As duas aparecem em grande contraste, bem como alguns dos elementos da manchete são grafados em branco, em aparente oposição ao preto. Nesta capa, os aspectos cromáticos, em específicos, chamam a atenção para a construção de sentido.

2.3.4. Relações simbólicas e semissimbólicas

As duas cores predominantes selecionadas para composição da capa, preto e vermelho, têm manifestadas sua significação a partir de símbolos consolidados, que fazem parte do repertório comum de toda a cultura brasileira. No país, assim como em diversos lugares do mundo, a cor preta é símbolo de luto. O vermelho, por sua vez, tem no caso dessa publicação efeito de sentido que remete à violência sofrida, em alusão ao sangue e até mesmo a uma situação de alerta. O fundo preto ocupando grande parte da imagem permite que seja traçada a primeira oposição semântica a partir de cores-informação: *preto vs. branco/vida vs. morte*.

Ainda no âmbito cromático, destaca-se a oposição *claro vs. escuro*. Também se faz importante destacar que o retrato do rosto de Marielle aparece manchado, em cores sujas, o que permite traçar a oposição cromática de *limpo vs. sujo*. Considerando que a foto da escadaria aparece em tons fracos de cinza e os outros elementos da capa em tons mais vivos e marcantes, pode ser traçada ainda mais uma oposição relativa às cores: *tons fracos vs. tons fortes*. Sobre aspectos eidéticos, fazem-se muito presentes ângulos retos, a diagramação da capa forma retângulos, o que permite que seja traçada a oposição *reto vs. curvo*.

Essas oposições do campo da expressão em muito se relacionam às oposições semânticas já levantadas. Enquanto elementos como *claro*, *puro* e *limpo* se relacionam com valores

eufóricos do conteúdo como *liberdade* e *vida*, seus opostos, *escuro*, *sujo* e *escuro* se relacionam com os disfóricos como *morte* e *opressão*.

2.3.5. Discussão

Quando o silenciamento cotidiano, institucional e mesmo esse pregado despretenciosamente pelas grandes mídias deixa de ser suficiente para a obstrução da atuação política de mulheres como Marielle, o afastamento se faz presente de maneira mais violenta, em especial por se tratar de um corpo negro em um país racista. O assassinato de Marielle Franco é um exemplo prático de exclusão, silenciamento e agressão a minorias — no caso da vereadora, minoria de gênero, raça, classe e orientação sexual. De maneira metonímica, a morte de Marielle representa todo este contexto de restrição e desigualdade esboçado.

Além disso, a primeira vez que uma mulher negra e lésbica aparece em uma reportagem de capa da Revista IstoÉ acontece por ocasião de seu assassinato. A voz de Marielle alcançava nichos, mas não a sociedade como um todo. As preocupações relativas aos direitos humanos de minorias ainda parecem ser pautas da esquerda. Uma militante negra têm a abrangência de seu discurso ainda mais restrita. Assim, cabe questionar se, caso não tivesse havido tamanha comoção social em sobre o assunto, talvez a Revista IstoÉ não achasse relevante a seu horizonte social a publicação de uma matéria de capa sobre esse assassinato e, assim, a notícia fosse veiculada apenas pela a nota da edição de 16 de março, nas extremidades de uma reportagem sobre a condenação de Lula.

Por fim, apesar de toda a repercussão acerca do caso, o crime permanece insolúvel pelas autoridades brasileiras e, apesar de haver alguns suspeitos presos pela execução, ainda há muita obstrução nas investigações que objetivam encontrar os mandantes. Mesmo Jair Bolsonaro foi citado nas investigações, tendo em vista que o principal suspeito de apertar o gatilho mora em seu condomínio residencial e, em depoimento, o porteiro da localidade relacionou o nome do atual presidente à investigação⁷. Permanece a questão levantada em maio de 2018 pela reportagem da IstoÉ sobre o que pode estar por trás da morte de Marielle.

_

⁷ Disponível em: "Perguntas com e ainda sem resposta sobre a menção de Bolsonaro no Caso Marielle: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/30/politica/1572445330_765615.html. Acesso em 31 de outubro de 2019.

4.4 ANÁLISE IV – O PODER DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES

recognité à tens do último filme acimu da média naphta 6 so ser associado esclarecido concluido pela espiritualidade após 73 acos Elas são maioria no colégio eleitoral, influenciam o voto da familia e 80% ainda não se definiram sobre o candidato à Presidência. Suas escolhas irão decidir a eleição mais imprevisível desde a redemocratização

Figura 22 - O poder das mulheres nas eleições

Fonte: Revista IstoÉ edição nº 2539, de 17 de agosto de 2018

2.4.1. Contexto sócio-histórico e as relações dialógicas

Na ocasião da publicação da reportagem acima, "O poder das mulheres nas eleições", veiculada em agosto de 2018, Bolsonaro já despontava nas pesquisas eleitorais; em contrapartida, cresciam os movimentos contra o parlamentar, como o "Ele Não", criado e protagonizado por mulheres brasileiras, que protestava contra a candidatura do então deputado.

Essa mobilização contou com atos em todo o Brasil e em diversas localidades ao redor do mundo. O protesto teve seu auge dia 29 de setembro do ano eleitoral, quando as mulheres foram às ruas em diversas cidades brasileiras, participando do maior ato já realizado por mulheres na história do Brasil⁸.

A capa estudada traz cinco mulheres anônimas, apresentadas brevemente por nome e profissão em legendas próximas às suas imagens. Reunidas em um único grupo e olhando para a câmera, as personagens aparecem sobre um fundo rosa choque, remetendo a integrantes de alguma banda musical feminina. A título de exemplo, o grupo brasileiro Rouge aparece em uma formação muito semelhante à das protagonistas da IstoÉ:



Figura 23 - Grupo Rouge

Fonte: Divulgação/Rouge (2002)

Na capa estudada, Paula Rocha, empresária branca de 50 anos, aparece liderando o grupo, sentada em primeiro plano, na frente das demais. Não coincidentemente, Rocha faz parte do grupo de mulheres que posteriormente será o de eleitoras de Bolsonaro (brancas, de maior renda

⁸ Mulheres quebram o jejum das ruas no Brasil com manifestações contra Bolsonaro. El País. 30 de setembro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/30/politica/1538270819_523141.html. Acesso dia 30 de outubro de 2019.

e faixa etária), conforme será explorado pela próxima análise, de reportagem publicada em data posterior à eleição do candidato.

Considerando que a reportagem foi veiculada antes das eleições, cabe estudar as intenções de voto que se faziam presentes naquele contexto. Segundo dados veiculados pelo Ibope dia 20 de agosto de 2018, no então cenário eleitoral, quando Lula era considerado concorrente nas pesquisas, aparecia em primeiro lugar para eleitores de ambos os sexos; enquanto os eleitores homens apareciam com uma pequena margem de diferença de intenção de voto entre Lula e Bolsonaro (diferença de 10%), a maioria das brasileiras optava pelo candidato petista.

Com Lula concorrendo à Presidência, Bolsonaro só era eleito por uma camada da população: aqueles com renda superior a cinco salários mínimos⁹. A pesquisa realizada pelo Ibope ainda mostra o cenário diante à impossibilidade da candidatura do ex-presidente, em que Fernando Haddad concorreria ao cargo, como de fato ocorreu. Nesse contexto, os votos femininos que eram antes, em sua maior parte, concentrados em Lula, passam a ser em maioria brancos ou nulos (33%); as demais intenções aparecem principalmente dissipadas entre Marina Silva (15%) e Jair Bolsonaro (13%).

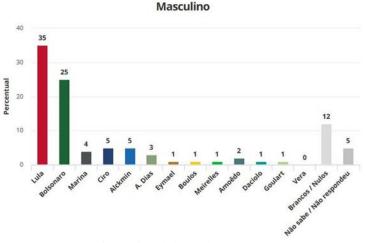


Figura 24 - Intenções de voto para presidente (eleitorado masculino)

Fonte: Pesquisa Eleitoral Ibope de 20/08/2018; Arte: G1

-

⁹ O levantamento completo dessa pesquisa está disponível em matéria veiculada pelo G1 em 21 de agosto de 2018, disponível em https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/21/pesquisa-ibope-de-20-de-agosto-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-raca.ghtml. Acesso em 27 de outubro de 2019.

Figura 25 - Intenções de voto para presidente (eleitorado feminino)

Fonte: Pesquisa Eleitoral Ibope de 20/08/2018; Arte: G1

É importante destacar que houve grande polêmica acerca da possibilidade de reeleição do ex-presidente, que já estava preso na época. O pedido de registro de candidatura de Lula só foi formalmente negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em primeiro de setembro de 2018, então, o partido teve dez dias para indicar quem concorreria para substituí-lo.

Apesar de, em agosto, o Ibope ainda ter considerado os dois cenários possíveis, bem como a questão da candidatura de Lula ainda estar em aberto na época da publicação, a IstoÉ já o considerou como inelegível. Os dados presentes na lide informam: "Elas são maioria no clérigo eleitoral, influenciam o voto da família e 80% ainda não se definiram sobre o candidato à Presidência. Suas escolhas irão decidir a eleição mais imprevisível desde a redemocratização.".

No corpo da matéria, as brasileiras anônimas se posicionam sobre as intenções de voto. Todas as personalidades abordadas para compor a reportagem afirmam que irão votar branco, nulo ou que ainda não decidiram por qual candidato votar.

2.4.2. Plano do Conteúdo

Nesta análise, no âmbito da sintaxe narrativa, chama atenção o programa de competência. A partir do texto verbal da manchete, "O poder das mulheres das eleições", bem como da lide que o sucede, é transmitido o efeito de sentido de que as mulheres, S², *queriam* realizar a ação e, posteriormente, adquiriram os valores modais necessários para a realização da performance; assim, *sabiam* e *podiam* realizar o ato, qual seja, a definição do novo presidente.

Na semântica narrativa, por sua vez, ao ser observado o jogo entre ser e o parecer, são levantadas duas possibilidades: como aparentam na capa da reportagem, as mulheres, de fato, detêm o poder de decidir o resultado das eleições (parece e é), ou, ainda, se parecem deter tal

autoridade, mas não a detêm (parece, mas não é), tratando-se de uma mentira. É certo que, por meio do quadro semiótico desenvolvido a partir dos textos de capa e reportagem, é gerado o efeito de sentido de verdade: as mulheres parecem e são detentoras do poder nas eleições. No entanto, cabe refletir se o transmitido condiz com o fato social.

Considerando que as eleições ainda não haviam ocorrido durante a publicação, bem como tendo em vista o fato de que, mesmo tendo o poder teoricamente em mãos, as mulheres abordadas ainda não haviam decidido seu posicionamento, torna-se indeterminável se a informação apresentada se trata de uma verdade ou uma mentira. Mesmo hoje, já tendo sido definido o novo presidente, é subjetivo afirmar se as mulheres, de fato, tiveram o poder de defini-lo; e, em caso positivo, quais foram essas mulheres, pois, conforme dito, não basta que seja feito apenas o recorte de gênero.

Em relação à sintaxe discursiva, as desembreagens enuncivas e enunciativas aparecem mescladas: enquanto o texto verbal faz o uso da terceira pessoa, gerando o efeito de objetividade e imparcialidade, o texto visual causa o efeito de aproximação, pois, as mulheres da capa olham diretamente para o público leitor. São, ainda, utilizados referentes numéricos na lide, como dados estatísticos, de forma que o receptor reconheça as informações transmitidas como reais.

Por fim, considerando que tanto a temática quanto a figurativização da reportagem enfatizam o poder e a influência das mulheres em relação ao voto, uma possível oposição fundamental para esse texto é *autonomia vs. submissão*, em que a força e a autoridade femininas aparecem como valores eufóricos, representando uma suposta autonomia da mulher. Nesse sentido, também podem ser levantadas as oposições *opressão vs. liberdade*. e *força vs. fragilidade*, por meio dos quais o gênero feminino é exaltado, acompanhado dos valores eufóricos de *força* e *liberdade*.

2.4.3. Plano da Expressão

Sobre um fundo cor-de-rosa, o grupo de mulheres se sobrepõe ao título da revista. A cor intensa selecionada, bem como a disposição das personagens, faz com que chamem a atenção para a construção de significado, principalmente as oposições cromáticas e topológicas.

Em relação às cores, o rosa-choque aparece em contraste com os elementos verbais grafados em branco, o que permite que sejam traçadas oposições cromáticas entre *tons intensos* vs. tons pasteis.

As figuras femininas parecem reunidas no centro da reportagem, em ascensão, em uma dimensão muito maior do que todos os outros elementos da capa, possibilitando que sejam levantadas oposições como *central vs. periférico* e mesmo *horizontal vs. vertical*.

A foto é tirada numa perspectiva frontal, o que faz com que as eleitoras pareçam maiores, o que é reiterado pela sobreposição supracitada. Nesse sentido, cabe ressaltar que Paula Rocha aparece com uma das mãos sobre a palavra "mulheres", parte da manchete. Apesar de o grupo trazer uma proposta de diversidade, apresentando uma mulher negra, uma grávida, uma asiática, é a mulher branca e empresária que aparece à frente do grupo. Conforme já explorado, foi dentre mulheres com a características sociais e faixa etária de Rocha que Bolsonaro teve maioria de votos.

2.4.4. Relações simbólicas e semissimbólicas

Segundo Guimarães, considerando matérias jornalísticas estereotipadas sobre figuras femininas, utiliza-se cor-de-rosa, "que é uma cor há muito sedimentada para representar o universo feminino" (2003, p. 39). Assim, tanto a esfera de produção quanto a de recepção já têm esse repertório consolidado, o que permite caracterizar o plano de fundo da reportagem como uma cor-informação. A cor rosa, enquanto símbolo do feminino, aparece no centro do sistema simbólico.

É importante observar que, apesar de a cor estar cumprindo seu papel simbólico historicamente estável para a representação do gênero feminino, sua significação, nesta capa, não está vinculada aos elementos disfóricos como *fragilidade* e *submissão*. De maneira contrária, o rosa aparece em um tom forte, colaborando para a ideia de força feminina; assim, faz parte constituinte da construção de sentido dos valores eufóricos que são exaltados pela capa. De qualquer forma, reitera o símbolo tradicional de cor-de-rosa ser tida como uma cor feminina.

Sobre as relações semissimbólicas, é possível afirmar que os valores semânticos colocados como eufóricos na capa, quais sejam, a *força*, a *autonomia* e a *liberdade* das mulheres estão relacionados a elementos do campo da expressão como *central* e *vertical*, bem como *tons intensos*. Da forma como se encontram os componentes visuais, é possível afirmar que o tamanho das mulheres na capa, seu posicionamento, assim como as cores fortes selecionadas para compor a reportagem e o grande contraste gerado pelas mesmas, corroboram para um efeito de sentido de poder, presente, inclusive, nas escolhas lexicais da manchete.

Dessa maneira, conclui-se que, na capa estudada, sistemas simbólicos e semissimbólicos trabalham para a produção de sentido.

2.4.5. Discussão

Apesar de o texto da reportagem, em toda sua construção discursiva, apontar o gênero feminino como detentor da força e poder decisório nas eleições, letras miúdas da lide e o texto da reportagem informam que 80% ainda não haviam se definido sobre o candidato à Presidência; todas as entrevistadas que ilustram a capa, por sua vez, afirmam que iriam votar branco ou nulo. Assim, ainda que componham a maior parte do clérigo eleitoral, a indecisão descrita pela reportagem transmite um efeito de sentido de que as mulheres ainda não sabiam qual caminho seguir.

Uma vez passadas as eleições, e tendo Jair Bolsonaro alcançado o posto de Presidente do Brasil, cabe refletir se, de fato, as mulheres detinham o poder sobre essa escolha, e, em caso positivo, quais mulheres a fizeram, pois, conforme explorado pelo presente estudo, a condição social da mulher brasileira não pode ser observada de maneira homogênea.

4.5 ANÁLISE V - MICHELLE BOLSONARO

Figura 26 - Michelle Bolsonaro



Fonte: Revista IstoÉ edição nº 2553, de 23 de novembro de 2018

2.5.1. Contexto sócio-histórico e as relações dialógicas

Após Jair Bolsonaro ser eleito Presidente do Brasil pelas eleições de outubro de 2018, foi elaborada pela IstoÉ uma matéria de capa sobre a então futura primeira-dama. A publicação foi veiculada durante a última semana de novembro do ano eleitoral (23/11/2018, nº 2553), de manchete intitulada "Os dois mundos de Michelle Bolsonaro".

Sabe-se que o atual Presidente, que é também militar da reserva, teve o início de sua atuação política enquanto deputado federal, cargo que exerceu durante sete mandatos, entre 1991 e 2018. Desde que entrou no horizonte social das grandes mídias, Bolsonaro tece muitos comentários misóginos, racistas e homofóbicos que, por conta do caráter polêmico, ganham um espaço significativo entre os veículos de informação, bem como parecem ter relação direta com sua forma de governo.

É certo que um representante da extrema direita tenha ideais mais tradicionais e conservadores. No entanto, os posicionamentos preconceituosos do presidente geram indignação na oposição e até mesmo entre seus eleitores mais conscientes. Alguns de seus comentários mais esdrúxulos foram difundidos antes de sua eleição, como aquele dirigido a Maria do Rosário, em que afirmava que a colega de Câmara dos Deputados não merecia ser estuprada por ser feia; também ao se referir à filha mais nova como uma "fraquejada" ou ao afirmar que um filho seu jamais se apaixonaria por uma mulher negra; esses são alguns exemplos dentre uma série de outros discursos de ódio que, além de apologia ao estupro, trazem ao grande público enaltecimento da tortura e violência, além de terem um caráter extremamente preconceituoso. Esses e outros posicionamentos explicitam que o presidente não tem interesse na inclusão e igualdade de minorias sociais como negros, mulheres e homossexuais.

Mais do que isso, faz-se claro que Bolsonaro deseja o afastamento dessas pessoas dos espaços públicos. Conforme afirmou em entrevista no Dia da Mulher de 2018, ao ser questionado se haveria representatividade feminina em seu mandato: "tem que botar quem dê conta do recado. Se botar as mulheres eu vou ter que indicar quantos afrodescendentes?". É explícito que o presidente acredita que as mulheres, bem como toda a população negra e também os homossexuais, são pouco ou nada capazes de realizar as atividades públicas exercidas, em sua maioria, por homens brancos. Esse tipo de posicionamento corrobora explicitamente com a desigualdade, legitimando e estimulando discursos de ódio que já têm grande força no Brasil.

Apesar de as mulheres brasileiras terem iniciado e liderado o movimento #EleNão, alguns dados do Ibope, divulgados em 28 de outubro de 2018¹⁰, chamam atenção: enquanto no eleitorado masculino a vitória de Bolsonaro foi predominante sob quase todos os critérios (apenas não venceu entre os homens nordestinos; homens que cursaram até a quarta-série; e aqueles com renda inferior a um salário mínimo), as mulheres tiveram sua escolha de voto mais equilibrada, variando especialmente de acordo com sua posição social.

Figura 27 - Eleitores de Bolsonaro segundo gênero

Segundo gênero		BOLSONARO		HADDAD		
EM PORCENTAGEM		Homens		Mulheres		;
	TOTAL	61		39	52	48
SEXO	Norte/Centro-Oeste	66		34	57	43
	Nordeste	39		61	27	73
REGIÃO	Sudeste	69		31	60	40
	Sul	71		29	64	36
IDADE	16 a 24 anos	60		40	41	59
	25 a 34 anos	62		38	53	47
	35 a 44 anos	63		37	53	47
	45 a 54 anos	59		41	53	47
	55 e mais	60		40	56	44
ESCOLARIDADE	Até 4ª série	41		59	39	61
	Da 5ª à 8ª série	52		48	44	56
	Ensino médio	67		33	54	46
	Ensino superior	68		32	58	42
RENDA	Até 1 salário mínimo	39		61	35	65
	Mais de 1 a 2	60		40	46	54
	Mais de 2 a 5	70		30	62	38
	Mais de 5	72		28	64	36

Fonte: Pesquisa do Ibope divulgada pelo Estado de São Paulo

Enquanto mulheres nordestinas e jovens entre 16 e 24 anos votaram majoritariamente contra Bolsonaro, percebe-se pela pesquisa que brasileiras de maior renda votaram a favor do presidente. Cabe observar, ainda, que quanto maior a renda, maior a porcentagem de mulheres eleitoras de Bolsonaro. Assim, apesar de as brasileiras estarem significativamente mais

-

¹⁰ BRAMATTI, Daniel. O Estado de São Paulo. Bolsonaro também ganhou entre as mulheres, diz Ibope. https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-tambem-ganhou-entre-as-mulheres-diz-ibope,70002588225. Acesso em 06 de dezembro de 2018.

engajadas na oposição, quando é feito um recorte de renda, nota-se que as camadas mais ricas da população que elegeram o presidente.

Associando esse contexto ao público-alvo da IstoÉ, que é composto pelas camadas mais ricas da população brasileira, bem como pessoas de maior faixa etária, cabe refletir quais intenções motivaram a publicação da capa estudada pela presente análise, que apresenta a primeira-dama de maneira jovial, sorridente e otimista.

Conforme desenvolvido neste estudo, faz-se notória a mudança de posicionamento midiático nos últimos anos em relação às mulheres. Mesmo entre as camadas mais conservadoras da população, posicionamentos abertamente machistas, como aqueles declarados por Bolsonaro, não passam despercebido pelo público feminino que, no caso da IstoÉ, compõe mais da metade do público leitor (53%).

Sabe-se que as leitoras da revista dizem respeito às categorias de mulheres que elegeram Jair Bolsonaro, conforme exposto pela pesquisa do Ibope, que enfatiza o recorte de renda. Assim, não seria interessante para a marca, após a eleição do presidente, construir uma capa que reiterasse os posicionamentos misóginos do governante. Ao contrário, faz-se mais pertinente uma publicação que valorize a primeira-dama, como se fizesse parte da representatividade de certas camadas do público feminino – as mulheres ricas, eleitoras de Bolsonaro e leitoras da IstoÉ.

Cabe refletir, também, sobre as relações dialógicas que constituem a publicação. A capa estudada dialoga de maneira harmônica e direta com uma reportagem de 2017 da Revista Veja, em que Marcela Temer é protagonista:



Figura 28 - Marcela Temer

Fonte: Revista Veja, nº 2511, de 04 de janeiro de 2017.

As duas publicações, tanto a da Veja quanto da IstoÉ, apesar de possuírem certo distanciamento contextual, parecem propor uma mesma valorização de governos ainda incertos para a população. As imagens de Temer e de Bolsonaro parecem ser respaldadas a partir de suas esposas, que podem trazer mais sociabilidade e polidez para figuras masculinas tidas como polêmicas.

Essa máscara de delicadeza presente em ambas as capas é construída a partir de diagramações muito semelhantes, além de contarem com mulheres da esfera pública na mesma posição social. Primeiras-damas, Marcela e Michelle aparecem sob o nome de casadas, destacando o sobrenome dos governantes.

Tal fazer discursivo parecem reiterar a ideologia de gênero que define as mulheres como responsáveis pela afetuosidade e delicadeza em contraponto à racionalidade e até mesmo rudeza masculina. Desta forma, parece ser a proposta dos veículos transmitir para o público leitor um outro lado dos mandatos, produzindo um efeito de sentido de amabilidade e elegância. Também parece haver certa relação com o conceito de "bela, recatada e do lar", desenvolvido em matéria da revista Veja, em 2016, assinada, inclusive, por uma mulher¹¹.

-

¹¹ LINHARES, Juliana. Veja. "Marcela Temer: bela, recatada e 'do lar' a quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o

Ambas veiculadas em tempos de posse, com intervalo de pouco menos de dois anos, as publicações dialogam de maneira harmônica, isto é, a segunda reitera o posicionamento da primeira. As duas mulheres, que contam com certa semelhança física, apresentam um padrão de beleza exaltado no país: brancas de olhos claros, cabelos longos e loiros, jovens e magras. Com uma maquiagem discreta, ambas aparecem de perfil, como que a olhar para frente.

Sabe-se que a compreensão de um signo depende da relação deste com outros signos já incorporados socialmente (Volóchinov, 2017, p. 95). Ao observar a capa da Veja, cuja manchete estampa: "Com uma agenda de aparições nacionais, a jovem e bela primeira-dama vira a grande cartada do Palácio do Planalto para tirar a popularidade do atoleiro". Essa manchete explicita as intenções que parecem permear ambas as capas. No canto superior da publicação, referindo-se a uma reportagem sobre um cantor sertanejo, lê-se: "Assim nascem as estrelas".

Já o corpo da reportagem estudada, é acompanhado de diversas ilustrações que reiteram o caráter benevolente e positivo que visa ser transmitido pela publicação: aparecem imagens dos familiares mais humildes de Michelle Bolsonaro, acompanhadas de um mapa da Ceilância; consta o registro do aniversário de Laura, foto protagonizado por Bolsonaro ao lado de figuras femininas; também aparecem cliques de ações sociais desenvolvidas por Michelle antes do casamento, em especial em beneficência de pessoas surdas. A imagem que mais chama a atenção na reportagem é também a primeira a aparecer, antecedendo até mesmo o início do texto verbal: a foto de Michelle Bolsonaro e Marcela Temer juntas estreita ainda mais essa relação dialógica acima exposta.

_

vice". Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/. Acesso em 30 de janeiro de 2019.



Figura 29 - Marcela Temer e Michelle Bolsonaro

Fonte: Revista IstoÉ edição nº 2553, de 23 de novembro de 2018

A imagem do encontro das duas é datada em 21 de novembro de 2018, uma semana antes da publicação da matéria, lê-se na legenda: "PASSANDO O BASTÃO: Marcela Temer dá conselhos para a sucessora Michelle Bolsonaro, em encontro na quarta-feira 21, no Alvorada"

A imagem sugere certa aproximação das duas, em uma postura cordial e diplomática. Marcela Temer aparece vestida de preto, enquanto Michelle Bolsonaro traja a mesma vestimenta rosa da imagem anterior. Demonstrando um relacionamento amistoso, as personagens aparecem frente a frente, parecendo dar continuidade ao dialogismo proposto nas capas, de forma a reiterar convergências também governamentais.

2.5.2. Plano do conteúdo

Iniciando a análise do percurso gerativo de sentido pelo nível narrativo, faz-se necessária a construção do esquema canônico da narratividade, observando as transformações que, realizadas por sujeitos do discurso, compõem a narrativa.

Sabendo que a organização narrativa implica transformações sucessivas de estados (Barros, 2011) e que não necessariamente todas as fases do esquema são explicitadas pelo texto, sabe-se também que há encadeamentos a partir de informações que estão pressupostas. No caso da reportagem estudada, parece haver predominância da etapa de sanção, em que o percurso da ação e da manipulação estão pressupostos.

Assim, Michelle Bolsonaro (S²) parece estar recebedo – com o efeito de sentido de concomitância – seu reconhecimento enquanto primeira-dama (sanção cognitiva), bem como sua recompensa, qual seja, uma realidade de ascensão social, em contraponto à sua infância

humilde. Essa última, chamada de sanção pragmática. Desta forma, pressupõe-se que, na fase de manipulação, determinado destinador (**S**¹) fê-la crer em algo ou, em outras palavras, propôs um contrato de interesse do destinatário (**S**²).

A manipulação, que aparece pressuposta no texto estudado, acontece por tentação, em que, por meio do poder, são oferecidos objetos de valor positivos para o sujeito. Desta forma, Michelle que estava antes em disjunção com os objetos de valor, como estabilidade financeira e qualidade de vida (S² V Ov), adquiriu as competências necessárias para realizar a ação, ou seja, queria, podia e sabia realizar o fazer-ser, isto é, tornar-se primeira-dama.

Em seguida, ao sere observadas as estruturas discursivas, percebe-se certo distanciamento proporcionado pela predominancia da desembreagem enunciva. De imediato, percebe-se que a protagonista não olha diretamente para a câmera; além disso, a construção do texto escrito acontece em terceira pessoa do plural, bem como o espaco é o "lá". Em contrapartida, o tempo verbal utilizado pela publicação é o futuro do presente, em que há o efeito de concomitância supracitado, característico do fazer jornalistico. Pode-se afirmar, assim, que essas construções estão diretamente relacionadas às intenções da enunciação, bem como ao público a quem essa é dirigida.

Encontram-se em oposição temática o passado humilde de Michelle Bolsonaro na Ceilândia, figurativizado na capa pela menção ao lixo acumulado e por sua casa "a 500 metros de uma boca de fumo", e o futuro de ascensão social que aguarda a primeira-dama, tendo em vista que é utilizada a expressão de um futuro personificado que "sorrirá" para a personagem, em convergência com a imagem da primeira-dama retratada pela revista, esmiuçada no estudo do plano da expressão.

Parece estar sugerido o que o leitor poderia esperar desse governo, tendo por base a figura da esposa de Bolsonaro, sorridente e positiva, o que pode passar para o público leitor uma imagem de otimismo diante ao futuro político do país.

As estratégias linguísticas também são cruciais para que seja feita esta interpretação. Abaixo à manchete, diagramado ao em preto ao lado inferior esquerdo da capa, aparece a lide da reportagem com os dizeres:

Reportagem da IstoÉ revela a vida humilde da família da futura primeira-dama em Ceilândia, cidade pobre de Brasília onde ela nasceu. Lixo acumulado nos arredores e boca de fumo a 500 metros da residência do pai compõem um cenário que contrasta com a nova realidade que sorrirá para ela a partir de janeiro.

O levantamento realizado pela IstoÉ parece ter sido publicado com exclusividade pela revista, tendo em vista a utilização do verbo "revela" para se referir à reportagem desenvolvida

pela marca. Em seguida, destaca-se a história de vida da protagonista: é enfatizada sua origem humilde e a proximidade com o crime na casa paterna. Faz-se interessante ponderar acerca de quais intencionalidades regem as informações selecionadas para acompanharem a foto da capa. A própria lide, por meio do verbo "contrasta", destaca a grande diferença entre o passado e o futuro que a estava esperando.

É certo que a infância simples da cearense não resume a personalidade da primeira-dama Michelle Bolsonaro. Ainda assim, foram essas as informações selecionadas para estampar a capa da IstoÉ que a apresenta. Desta forma, tal contraste entre o passado pobre e o futuro promissor pode indicar certa valorização da meritocracia, a ideia de que o indivíduo, em especial a mulher, é capaz de atingir uma posição de prestígio, ainda que tenha crescido sob circunstâncias adversas.

Já no que diz respeito às oposições fundamentais presentes no texto, percebe-se a principal como *pobreza vs. riqueza*, manifestada também por meio das relações semissimbólicas entre os planos, o que leva a presente análise ao plano da expressão.

2.5.3. Plano da expressão

O rosto da protagonista aparece em destaque e a mulher não tem o olhar direcionado à câmera, mas, de perfil, parece observar algo fora do campo de visão do leitor. Com um sorriso amplo, olha à sua frente, como se a esperar por um futuro promissor. Essa possibilidade de leitura é, ainda, reiterada pela frase que aparece logo acima ao título da revista: "a futura primeira dama", fazendo referência ao período de mandato do presidente eleito e a posição que Michelle hoje se encontra, bem como se relaciona ao futuro que "sorrirá" para a personagem.

O próprio posicionamento dos textos sugere as oposições entre o passado e o futuro da primeira-dama e entre a escassez financeira e a ascensão social. "A futura primeira-dama", frase que antecede até mesmo o nome da marca IstoÉ, aparece sobre uma faixa branca, grafada em letras maiúsculas e em negrito, com esse fundo claro em congruência com o título da revista, a manchete e o sorriso da própria fotografia. Assim, a cor branca parece estar relacionada à ascensão e à promessa de um futuro promissor, não apenas de Michelle Bolsonaro, mas da sociedade brasileira.

Em contrapartida, o passado humilde da personagem é disposto no canto inferior esquerdo da publicação, em direção oposta ao olhar da primeira-dama. Escrito em preto e com a menor fonte da capa, parece sugerir o passado que foi deixado para trás.

O lado direito da capa, para onde está direcionado o rosto da protagonista, é colorido com um azul turquesa, que pode remeter toda a elegância de sua nova realidade (o tom utilizado é muitas vezes relacionado à cor símbolo da marca de joias Tiffany & Co.), bem como se assemelha a um céu aberto, livre de nuvens, o que também pode remeter a um futuro otimista.

Também é relevante destacar que Michelle Bolsonaro se enquadra no padrão de beleza vigente, fato que é muito explorado na fotografia que compõe a capa. Loira, magra, de olhos claros e um sorriso aberto, a própria figura da primeira-dama contribui para a construção de sentido.

Sabendo que as estratégias utilizadas no plano da expressão não incidem no texto de maneira arbitrária e se relacionam com o plano do conteúdo para a construção de sentido, mesmo porque o ver e o ler acontecem de maneira simultânea (Brait, 2013), cabe agora atentar às relações semissimbólicas.

2.5.4. Relações simbólicas e semissimbólicas

O retrato do rosto de Michelle Bolsonaro aparece com grande destaque na publicação. Não há, conforme acontece em outras publicações analisadas pelo presente estudo, reportagens secundárias que apareçam às margens da capa. A figura da primeira-dama ocupa toda a diagramação e, mesmo os textos dispostos de maneira periférica, dizem respeito à personagem.

Enquanto o rosto sorridente da personagem ocupa posição central na capa investigada, seu passado humilde é colocado em manchete disposta no campo inferior esquerdo, inclusive fora do alcance da visão da protagonista, que olha para o lado oposto, de forma a sustentar que aquilo está sendo deixado para trás. Estão explícitas aqui duas oposições de conteúdo que se relacionam diretamente a oposições do plano da expressão, especificamente características topológicas: *riqueza vs. pobreza* e *passado vs. futuro* estão relacionados à *central vs. periférico*, pois, aparecem centralizados os elementos de conjunção aos objetos de valor, enquanto aqueles que estão sendo deixados para trás, ocupam o canto inferior esquerdo da publicação.

O aspecto cromático, por sua vez, é o que mais chama a atenção para a análise deste *corpus*. Enquanto o passado de Michelle é descrito em uma fonte preta, o azul limpo e o branco compõem o que parece simbolizar o futuro promissor e rico da personagem. Não há apenas a oposição *claro vs. escuro*, como também o *limpo vs. sujo*, tendo em vista que parece haver significativa pureza no azul e no branco utilizados, em contraponto à própria manchete e ao cabelo da primeira-dama, que estão dispostos à esquerda. Assim, os elementos escuro e sujo estariam vinculados ao passado e à pobreza, enquanto os elementos claro e limpo, ao futuro de ascensão.

Tanto o azul quanto o branco utilizados na diagramação, que dialogam com os olhos e o sorriso da personagem, respectivamente, são cores frias, o que trazem para o texto certo distanciamento, conforme acontece por meio da predominância da desembreagem enunciva, bem como, por serem cores frias, parecem trazer aspectos de sofisticação e riqueza. É necessário ressaltar que essas escolhas não acontecem de maneira aleatória e incidem diretamente na maneira como o texto é interpretado pelo público leitor.

2.5.5. Discussão

Tanto a publicação de capa quanto o texto da reportagem dão grande ênfase à origem humilde da primeira-dama, filha de pequenos comerciantes. Destaca-se a situação de vulnerabilidade da família, aproximando seu passado da realidade do povo brasileiro. A informação sobre a boca de fumo é repetida diversas vezes ao longo da matéria, bem como diversos outros fatores contrários à ascensão social da personagem, podendo sugerir certa meritocracia, como quem diz: vejam onde ela chegou apesar das circunstâncias desfavoráveis que a cercavam.

Antíteses e contrastes entre o passado e o futuro de Michelle Bolsonaro são tecidos durante toda a reportagem, que expõe realidades socioeconômicas praticamente opostas: de um lado, o conforto de tapetes persas e sofás italianos, de outro, lixo acumulado, asfaltos maltratados, tentativa de estupro.

Parece haver uma tentativa de comoção do público leitor, e, ao mesmo tempo, a demonstração de que essas barreiras foram superadas pela personagem. A figura de Michelle Bolsonaro aparece enquanto exemplo meritocrático, em um contexto quase de conto-de-fadas, em que a menina pobre conhece o príncipe encantado e tem sua vida transformada.

A primeira vez em que o presidente Jair Bolsonaro é citado, aparece como "marido de Michelle", quando a reportagem expõe pequenas intimidades do casal, como o gosto por este ou aquele prato preparado pela humilde família da primeira-dama. Parece haver até mesmo certa nostalgia do casal pelo passado humilde de Michelle. O episódio da facada no então candidato à presidência também é citado, ainda que sem aparente relação com o resto do texto.

Assim, o efeito de sentido que parece ser transmitido é, em primeiro momento, o de origens humildes, seguido da delicadeza e amabilidade representadas pela figura feminina. Parece haver, por meio da reportagem estudada, a intenção da construção de um fazer interpretativo empático da futura primeira-dama e, por consequência, do futuro presidente. Enquanto são exaltados esses aspectos de mérito, família e credibilidade, são deixados de lado os escândalos de corrupção que envolvem não apenas Jair Bolsonaro como sua esposa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se mesmo mulheres da política formal sofrem publicamente com obstruções ao acesso e produção discursiva e mesmo ao próprio direito à cidadania, as brasileiras anônimas têm seu acesso ao discurso e aos direitos em geral prejudicado de forma muito mais incisiva do que os casos que chegam às grandes mídias. Independentemente de em qual esfera estejam inseridas, as mulheres têm seu discurso diminuído ou ridicularizado e, quando essas estratégias deixam de ser eficientes, o silenciamento de gênero acontece por meio da violência.

Mesmo aquelas que têm maior alcance em seu discurso, as mulheres ainda não falam pelo todo (Beard, 2018); parecem ter seu fazer discursivo limitado ao próprio universo feminino, tendo credibilidade apenas em determinados nichos e áreas, quais sejam, aqueles voltados ao interesse exclusivo feminino. Ainda não cabe ao gênero feminino discutir assuntos da sociedade em geral, tampouco posicionar-se em relação a temáticas que, ao longo da história, foram predominantemente ocupadas por homens. Assim, estabelece-se no mundo Ocidental que assuntos como economia e política não devem ser discutidos por mulheres – pelo menos, não enquanto protagonistas.

Conforme demonstrado pelas publicações estudadas, é certo que a inserção das mulheres em assuntos globais como política e economia tem acontecido de maneira mais enfática no discurso midiático. Se no começo dos anos 2000 figuras femininas apareciam nas reportagens de capa da Revista IstoÉ apenas da cintura para baixo, trajando biquínis minúsculos e as temáticas dessas publicações se limitavam a sexo e comportamento, as revistas do ano de 2018 têm a presença de figuras femininas relacionadas a assuntos socialmente mais relevantes, sem que haja a objetificação do corpo feminino. Isso não significa, no entanto, que as mulheres tenham passado a falar pelo todo. São raras as reportagens analisadas em que as mulheres falam fora de nichos femininos: o único caso é a publicação protagonizada por Carmen Lucia, em que a então presidente do STF aparece sozinha, ilustrando uma situação relativa a todo o Supremo. É interessante observar o fato de que, na única publicação do ano em que uma mulher aparece como protagonista de um assunto geral — e não direcionado ou sobre o público feminino em específico -, apresenta-se recebendo uma sanção negativa.

Tendo estabelecida a relação direta existente entre a produção discursiva e o fazer social, torna-se evidente que ainda existe um movimento contínuo de afastamento das mulheres aos espaços institucionais é corroborado pela mídia tradicional, ainda que de maneira menos incisiva do que nas décadas anteriores.

Segundo Biroli, não são apenas entraves formais que prejudicam a ação feminina na política brasileira, mas "obstáculos materiais, simbólicos e institucionais erigem barreiras que dificultam a atuação das mulheres e alimentam os circuitos da exclusão" (2018, p. 172).

Conforme pressuposto para o desenvolvimento das análises e confirmado pela realização das mesmas, essa exclusão perpassa e correlaciona desde as relações pessoais até a divisão sexual do trabalho e a participação na política, e não incide de maneira semelhante sobre todas as mulheres, visto que a hierarquia de gênero atende a uma dinâmica de classes e tem sua estrutura fundada em matrizes racistas e colonialistas.

Sabendo que os signos denunciam as mais sutis transformações sociais (Volóchinov, 2017), percebeu-se, pelas análises estudadas, uma significativa mudança de postura no campo midiático nacional, que não mais inferioriza as mulheres de maneira explícita e esdrúxula. No entanto, mesmo as publicações que parecem exaltar as figuras femininas trazem efeitos de sentido individualistas, meritocráticos e mesmo falaciosos, o que pode trabalhar em desserviço à equidade de gênero.

A título de exemplo, quando uma publicação propõe em sua chamada de capa que mulheres negras nunca foram tão fortes, ainda que o conteúdo da reportagem relate o extremo oposto, o efeito de sentido transmitido ao público leitor (em especial a leitores mais desatentos ou, ainda, àqueles que se limitam à leitura da capa) é de que os direitos tão batalhados por essas mulheres já foram alcançados, o que reitera a ideia perpetuada no senso-comum de que movimentos feministas são desnecessários ou, ainda, a concepção desonesta de que não há racismo no Brasil. Da mesma forma, ao ser valorizada a posição social alcançada por Michelle Bolsonaro, que teve origem humilde, parece haver a exaltação da ascensão individual, ainda que enquanto coadjuvante do marido, sem que sejam levados em conta os privilégios que a primeira-dama possui, a começar por sua cor de pele.

Assim, ainda que as publicações pareçam estar acompanhando a onda crescente de movimentos feministas no país, essa representação ainda acontece de maneira a reiterar certos valores estruturais que constituem e alimentam as desigualdades sociais, de gênero e cor.

Cabe ressaltar, também, que houve significativa mudança nos discursos das mídias ao longo dos últimos anos, ainda que de maneira mais ou menos superficial. Parece, agora, menos aceito – porém ainda recorrente em diversas mídias – um discurso que objetifique o corpo feminino, ou que explicitamente aponte uma mulher como incapaz ou histérica, o que passaria despercebido pelo público leitor há dez anos. As mudanças sociais parecem ter proporcionado um olhar mais atento e crítico nesse sentido. Assim, muitas manifestações midiáticas parecem ter abraçado a causa das mulheres em seus fazeres discursivos. Mesmo que as agendas feministas e questões de direitos humanos sejam, ainda, muito vinculadas a pautas exclusivas

da esquerda, veículos midiáticos de direita e, mesmo aqueles que se propõem imparciais, parecem ter começado a voltar maior atenção à classe das mulheres, em uma perspectiva de maior protagonismo em relação às décadas anteriores.

No entanto, pode-se perceber que esse discurso midiático constantemente empurra o gênero feminino a nichos. Da mesma maneira, muitas vezes são aplicados os conceitos feministas a uma agenda liberal, que promove a meritocracia e a individualidade. Cabe refletir, assim, se esses fazeres discursivos, quando atrelados a uma supervalorização do capitalismo, são, de fato, eficazes para o movimento de libertação feminina.

Essa postura liberalista promove maior reflexão acerca da desigualdade de gênero, trazendo ao público leitor questões relativas ao gênero feminino, que antes simplesmente não entravam no horizonte social. No entanto, cabe refletir até que ponto essa repercussão se faz verdadeiramente efetiva para mudanças nessa hierarquia, ou apenas corroboram, ainda que por meio de outras ferramentas, para uma sociedade desigual. Em outras palavras, as mídias que se promovem hoje como mais engajadas em movimentos femininas, quando não fundamentam seu discurso em questões de raça e classe, realizam uma militância limitada a poucas e determinadas mulheres em detrimento de milhares de muitas outras.

Destacam-se ausências. Uma mulher negra e lésbica apareceu pela primeira vez na capa da Revista IstoÉ após seu assassinato; mesmo assim, apareceu em primeiro momento à margem de uma reportagem de capa sobre a condenação em segunda instância de Lula. Apenas meses depois, uma reportagem de capa foi desenvolvida sobre o crime.

Sobre a performance de feminilidade, fez-se interessante observar que, conforme proposto por Beard (2018), as mulheres em posições de poder institucional, como Carmen Lucia, aparecem com poucos atributos ditos femininos, trajando ternos de cores sóbrias. Por outro lado, quando aparecem enquanto coadjuvantes, como acontece com Michelle Bolsonaro e Marcela Temer, as primeiras-damas são retratadas de forma delicada e feminina. Quando aparecem brasileiras comuns, como a ilustração da primeira capa estudada ou a edição sobre o poder das mulheres nas eleições, as mulheres também são retratadas com elementos ditos femininos – seja por meio de cabelos longos e acessórios ou acompanhadas de um fundo corde-rosa.

Não é surpreendente que o gênero feminino tenha sido retratado dessa maneira. As mulheres só aparecem menos feminilizadas quando ocupam cargos normalmente atribuídos a homens. Conforme explorado no estudo, muitas vezes o *ser mulher* aparece associado a

determinados papeis sociais, características psicológicas e mesmo gostos pessoais relacionados à posição social que lhes é imputada.

São tão enraizados esses aspectos no espaço social que as mulheres são naturalmente retratadas dessa maneira. Cabe refletir se essa não é uma ferramenta já automatizada que, de forma contínua, empurra mulheres a determinadas esferas, colocando-as em uma posição de inferioridade em relação ao homem, ainda que esse afastamento ocorra de maneira muito diferente dos anos anteriores.

Em uma perspectiva mais ampla, ao serem observados esses aspectos socialmente construídos que são naturalizados como características femininas, também as formas como essa imposição incide sobre o fazer social de mulheres, é necessário interpretar o gênero enquanto um sistema de opressão, configurado para dominar pessoas do sexo feminino. Esse sistema atua em conjunto a outras formas de hierarquização social, como as diferenças de raça e classe que são parte das estruturas sociais brasileiras.

Da mesma forma que a luta de libertação feminina deve atuar de maneira antirracista e anticapitalista, é necessário abolir o conceito de gênero como é conhecido, para que seja alcançada a equidade entre os sexos. Com efeito, gostos, vocações, performances, pensares, estariam desvinculados desse ou daquele sexo, de forma que as diferenças biológicas não incidam sobre os papeis sociais dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. – 1ª ed. – Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. – 2ª ed. – Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. – 5ª ed. – São Paulo: Ática, 2011.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder: um manifesto**. – 1ª ed. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** – 1ª ed. – São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

BRAIT, Beth. **Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica**. Bakhtiniana, São Paulo, 8 (2): 43-66, jul. /dez. 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** – 33ª ed. – São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

FLOCH, Jean-Marie. **Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral [1985].** Documentos de Estudo do Centro de Pesquisas Sociossemióticas, Ano I, N°1, São Paulo, 2001.

GUIMARÃES, Luciano. A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo.** São Paulo: Annablume, 2003.

GREIMAS, Algirdas Julien. FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões**: Dos estados de coisas aos estados de alma. Tradução de Maria José Rodrigues Coracini. Editora Ática, São Paulo, 1993.

_____. **Semiótica Figurativa e Semiótica Plástica** – Significação: Revista brasileira de semiótica, 1984.

LENIN, Vladimir. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo (1913). In: Obras escolhidas. Tradução de Edições Avante!, Lisboa, 1977.

KRISTEVA, Julia. **Beauvoir presente**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Edições Sesc, 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do ethos**. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). Ethos discursivo. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo. 2007.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil – a história não contada**. – 1ª ed. – São Paulo: Leya, 2018.

RUBIN, Gayle, "The traffic in women: notes on the political economy of sex" In: Rayna Reiter (org), *Toward an anthropology of women*. New York, Monthly View Press, 1975 (Trad. Bras. Jamille Pinheiro Dias. In: *Políticas do sexo*, São Paulo, Ubu, 2017.

Regimento interno [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. – Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2019. Atualizado até a Emenda Regimental n. 52/2019. Brasília, 2019. Disponível em:

http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF.pdf. Acesso em 14 de out. de 2019.

TEIXEIRA, Lúcia. **Para uma leitura de textos visuais**. In: 9º Congresso Brasileiro de Lingua Portuguesa, 2002, São Paulo. Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, 9; Caderno de Resumos. IL-PUC/SP. São Paulo: Instituto de Pesquisas Linguísticas Sedes Sapientiae, 2002. v. 1. p. 4-4.

VOLÓCHINOV, Valentin. Círculo de Bakhtin. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017. 1ª Edição.